

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

VARIANTE EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA – VIA DE INVESTIGAÇÃO

O Expresso e as temáticas de
opinião no período Marcelista.
Análise do “Visto”, a coluna
assinada por Francisco Sá Carneiro

Catarina Vilas Boas Leite

M

2016



Catarina Vilas Boas Leite

**O Expresso e as temáticas de opinião no período Marcelista.
Análise do “Visto”, a coluna assinada por Francisco Sá
Carneiro**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação orientada
pela Professora Doutora Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016

O Expresso e as temáticas de opinião no período
Marcelista. Análise do “Visto”, a coluna assinada por
Francisco Sá Carneiro

Catarina Vilas Boas Leite

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação, orientada
pela Professora Doutora Helena Laura Dias de Lima

Membros do Júri

Professora Doutora Ana Isabel Reis
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Carla Batista
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Professora Doutora Helena Lima
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Para os meus pais, por nunca deixarem de acreditar.

Não existe nem nunca existirá amor maior.

Índice

Resumo	7
Abstract.....	8
Introdução	9
Objetivos e identificação da amostra.....	10
Justificativa e Metodologia.....	11
Questões de Partida.....	18
A censura antes do novo regime.....	19
O novo regime: o Estado Novo	22
A censura de Salazar.....	29
O Marcelismo	35
O Expresso.....	41
A censura do <i>Visto</i>	48
Análise do <i>Visto</i> - categorização	52
Liberdade	53
Assembleia Nacional	55
Forças Policiais	59
Governo	61
Autoritarismo	63
Continuidade/ Progresso	64
Direitos.....	66
Portugueses	67
Mundo	69
Eleições	71
Constituição	79
Estado de Direito	80
Censura	81
Poder	84
Economia	85
Ultramar	88
Os principais temas e como eram abordados	90
A escrita de Sá Carneiro	95
Conclusões.....	100
Bibliografia.....	102

Resumo

O jornal *Expresso* surgiu como um jornal assumidamente político numa conjuntura que se revelou censória, apesar das promessas iniciais de abertura por parte de Marcelo Caetano. Esta dissertação tem como objetivo perceber a influência desta conjuntura especificamente num artigo de opinião política escrito por Francisco Sá Carneiro, um deputado da ala liberal que não escondia a vontade de viver maior liberdade no país e criticava o governo por a anular em todos os sentidos.

Para chegar a alguma conclusão, foram lidos todos os artigos publicados – intitulados *visto* - escritos por Sá Carneiro, sabendo de antemão que nenhum foi publicado na sua versão integral. De seguida procedeu-se a uma análise de conteúdo e à categorização dos temas observados o que permitiu chegar às principais temáticas abordadas. Tendo em conta o modelo comunicacional *two-step flow*, tentou-se perceber como essas temáticas foram explicadas ao público.

Concluiu-se que os *vistos* se centravam na liberdade, na Assembleia Nacional, no regime policial, no governo, no autoritarismo, na política de continuidade que impedia o progresso, nos direitos, nos portugueses, no mundo, nas eleições, na Constituição, no Estado de Direito, na censura, no poder ilimitado, na economia e na problemática do Ultramar. As temáticas interrelacionam-se entre si e fazem dos vários *vistos* publicados uma enorme corrente de pensamento que permitiu a Francisco Sá Carneiro escapar, de certa forma, à censura. Para perceber algumas das informações consideradas subversivas mas ainda assim publicadas e explicadas pelo cronista, o leitor tinha de ler o *visto* semanalmente.

Outra das conclusões mais importantes foi perceber em que contornos certos temas foram abordados, fazendo-se notar não só uma crítica ao governo como aos portugueses que se deixavam ser governados daquela forma. O apelo à acção também se revelou uma constante de especial ênfase na época pré-eleitoral, com Sá Carneiro a incentivar a abstenção.

Palavras-chave: Jornal Expresso, Visto, Francisco Sá Carneiro, opinião política, censura, Marcelismo, two-step flow, análise de conteúdo, categorização, principais temas.

Abstract

The newspaper Expresso came as a political unapologetically newspaper in a reality that, despite the promises of opening by the new governor (Marcelo Caetano), revealed itself to be one of censorship. This dissertation aims to understand the influence of this reality in one particular opinion article, written by Francisco Sá Carneiro, a liberal political men who did not hide his desire do have more freedom in Portugal, criticizing the government for denying it.

To reach any conclusion, all the articles written by Sá Carneiro – entitled *visto* - were read, knowing that none of them was published in its integral version. After that, it was made a content analysis and a categorization of the observed themes, that revealed the main issues addressed. Taking into account the communication model two-step flow, it was made na effort to understand how that issue was explained to the readers.

The main conclusion was that the articles focused on freedom, the National Assembly, the police, the government, the authoritarianism, the continuing policy and how it prevents progress, the rights of people, the Portuguese, the Constitution, the rule of law, censorship, the unlimited power, the economy and the Ultramarine war. The themes revealed connected, making all the published articles one big chain of thought. This allowed Sá Carneiro to escape some of the censor action because the information by itself was not subversive, but adding it to other informatios present in past articles allowed the readers to understand the true reality of things.

Another conclusion was to understand how certain themes were exposed. The highlight goes to the criticism of Portuguese that allowed to be governed like that and also to the call of action, with special emphasis during pre-election time, when Sá Carneiro encourages abstention.

Keywords: political opinion, censorship, Portugal, two-step flow, content analysis

Introdução

A liberdade de Imprensa é uma liberdade fundamental, na medida em que, sem ela, as outras liberdades políticas e civis, privadas ou públicas, não teriam tido as condições para se consolidar. Uma sociedade livre não se constrói sem liberdade de imprensa.

Em tempos não muito longínquos, a imprensa portuguesa foi oprimida pelo órgão da censura que tinha como objetivo principal vetar ideias exteriores e ‘subversivas’, para que os portugueses não tivessem uma base de comparação entre a ditadura que viviam e a democracia que se vivia lá fora. A censura intensificou-se no período de governação de Salazar e quando o Presidente do Conselho caiu de uma cadeira de lona, na manhã de 3 de agosto de 1968, esta “nem se desorganizou nem perdeu rumo”(AZEVEDO, 1999: 455). Marcelo Caetano, que lhe sucedeu a 26 de setembro, comprometeu-se a uma maior abertura e fez promessas de liberalização mas tal não sucedeu e a censura manteve-se.

Foi neste contexto que o *Expresso* surgiu, com o primeiro número publicado a 6 de janeiro de 1973. Um jornal assumidamente político que, logo na sua primeira publicação continha um *visto*¹, o único artigo da página dedicada à opinião cujo nome e fotografia do autor aparecia graficamente em destaque. Esse autor era Francisco Sá Carneiro e, como escreveu no seu primeiro texto (“Porquê?”), pretendia, apesar de tudo – da falta de liberdade, do exame prévio – combater o “modorra” e “arriscar os «vistos»” (CARNEIRO, 1973: 8). Nove meses depois, em outubro, já o ex-deputado da Assembleia Nacional se queixava, afirmando que a censura à imprensa, com um novo nome dado por Marcelo Caetano, era mais rigorosa do que a censura de Salazar.

Para perceber de que forma o *Expresso* foi afectado pela censura durante o período Marcelista, irei proceder a uma análise de conteúdo dos *vistos* (por serem um espaço oficialmente dedicado à política e à opinião), através da categorização dos temas mais abordados e formas de abordagem, tendo em conta o modelo comunicacional *two-step flow*.

Nenhum dos textos analisados foi publicado na sua versão original e integral, tendo sido sempre sujeitos aos cortes dos censores (BALSEMÃO, 1974: 8).

¹ Espaço de opinião escrito por Francisco Sá Carneiro.

Objetivos e identificação da amostra

O grande objetivo desta dissertação é perceber a conjuntura censória, em Portugal, durante o período do Marcelismo – 26 de setembro de 1968 a 25 de abril de 1974 - e em que medida esta conjuntura influenciou a redação do artigo de opinião de Sá Carneiro (o *visto*), num jornal assumidamente político como o *Expresso*.

Outro dos objetivos é perceber a influência que esse *visto* teve na sociedade portuguesa, ou de que forma a tentou, uma vez que assumimos ser Sá Carneiro um líder de opinião por excelência.

O corpus a analisar é composto pelos *vistos*, assinados por Sá Carneiro e publicados desde o 1º número do *Expresso* até ao último, antes da Revolução de 25 de Abril. De 6 de janeiro de 1973 a 20 de abril de 1974, foram publicados, no total, 68 números do *Expresso*, um por cada semana, mas nem todos continham *vistos* da autoria de Sá Carneiro. Os excertos transcritos ao longo da análise não respeitarão o acordo ortográfico mas sim a sua grafia original.

Justificativa e Metodologia

Esta análise visa perceber como era feita a comunicação política e como essa era explicada num artigo de opinião, numa fase de ditadura.

António Oliveira Salazar não fazia qualquer tipo de comunicação. Se, no auge da sua vida, o governante mantinha os jornalistas à distância, ironicamente, doente e incapacitado, viu “o seu calvário clínico (...) objeto de uma ampla mediatização, inédita em Portugal” (BATISTA, 2012: 183).

Mas Marcelo Caetano fez nascer uma nova política de informação. Foi aí que tudo começou, inclusive a breve ilusão da Primavera Marcelista. Ao contrário do seu antecessor, Caetano “precisava de visibilidade e de apoio popular”, precisava de “construir ativamente (e promover) a sua imagem pública” (BATISTA, 2012: 191 – 192), precisava dos jornalistas. Foi nesta altura que surgiu o *Expresso*, um jornal político, com uma página dedicada à opinião e um *visto* (artigo de opinião) sobre política, assinado por um deputado liberal: Francisco Sá Carneiro. E, mais tarde, pelo diretor do jornal – Francisco Pinto Balsemão; Magalhães Mota e Miller Guerra.

Ora a Primavera não se concretizou mas, ainda assim, o *Expresso* continuou a ser publicado e o *visto* também. Tendo em vista o modelo de *two step-flow*, que prevê os líderes de opinião como explicadores da matéria que os *mass media* difundem, fazendo-a chegar a todos os setores da sociedade, proceder-se-á a uma categorização de conteúdo, não alheia às conotações da mensagem, ao emissor, ao recetor e ao contexto em que a comunicação se processava – um de censura e de total falta de liberdade.

O modelo de comunicação *two-step flow* sustenta o fluir da informação em dois passos. Avançado por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, em 1944, explica como a informação flui dos *media* para os líderes de opinião e depois para o público em geral.

O estudo, intitulado “*The People's Choice. How the Voter Makes Up his Mind in a Presidential Campaign*” (Trad: A opção das pessoas. Como o eleitor se decide numa campanha eleitoral) tinha por objetivo estudar como os indivíduos formavam opinião no decorrer da campanha presidencial de 1940, no estado norte-americano de Ohio (Erie County). O trabalho teve em conta o contexto social dos indivíduos, a sua posição socioeconómica, religião, grupo etário, a predisposição das orientações de voto, grau de

interesse, motivação, participação e exposição à campanha eleitoral e identificou certos indivíduos como líderes de opinião (WOLF, 1987: 43 - 44). De acordo com o estudo, estes são elementos “muito envolvidos e interessados no tema e dotados de maiores conhecimentos sobre ele” (LAZARSFELD, BERELSON, GAUDET, 1944: 49). Sendo o tema a política, estes indivíduos constituem uma parte da “opinião pública que procura influenciar o resto do eleitorado e que demonstra uma capacidade de reacção e de resposta mais atentas aos acontecimentos da campanha presidencial”, mais activos na participação política e mais interessados em influenciar o voto do resto da população (LAZARSFELD, BERELSON, GAUDET, 1944: 44).

Lazarsfeld, Berelson e Gaudet concluíram ainda que as pessoas mais atentas à campanha presidencial eram aquelas que tinham uma decisão de voto mais definida, enquanto que as mais indecisas consumiam menos “os discursos, os acontecimentos, os documentos escritos, as discussões, todo o material de propaganda” (LAZARSFELD, BERELSON, GAUDET, 1944: 101), salientando as conexões sociais entre as pessoas que já sabiam em quem votar ainda antes da campanha ter começado (metade dos indivíduos analisados) e as outras. É nessa rede relacional que se observa a tendência para gerar atitudes, a existência dos líderes de opinião e o modelo comunicacional do *two-step flow*, determinado pelo seu papel de mediadores entre os *mass media* e aqueles que lhes prestam menor atenção. Em suma, segundo este modelo, a comunicação faz-se a dois níveis: num primeiro dos meios, de comunicação para os líderes de opinião; e num segundo, desses indivíduos de destaque para os outros componentes dos grupos sociais a que estes pertencem (LAZARSFELD, BERELSON, GAUDET, 1944: 45).

Se anteriormente a influência dos meios de comunicação era tida como exercida sobre os indivíduos isoladamente, agora a formação de opinião pública era vista como dependente das interações entre os indivíduos, sendo os seus efeitos “parte de um processo mais complexo que é o da influência pessoal” (LAZARSFELD, BERELSON, GAUDET, 1944: 46). O modelo do *two-step flow* assenta na influência dos meios de comunicação no ambiente social, na teia de interações e na influência pessoal do destinatário.

Posteriormente, Katz alerta para o facto de ser altamente improvável os indivíduos influenciados estarem muito longe da área de interesse do líder de opinião e das cadeias de influência serem mais longas do que o modelo *two-step flow* supõe (KATZ, 1957: 61-

78). Outro aspecto a realçar é que o modelo two-step flow “pressupõe uma situação comunicativa caracterizada por uma baixa difusão de comunicações de massa”, contexto que enaltece a importância da comunicação interpessoal (WOLF, 1987: 49).

Os líderes de opinião são, neste modelo, uma espécie de mediadores, *pivots* neste paradigma, que interpretam e contextualizam a informação divulgada pelos mass media e alimentam discussão entre os indivíduos, ultrapassando barreiras sociais e fazendo a mensagem passar por toda a sociedade (BENNET, MANHEIM, 2006: 608).

Este modelo acredita que a informação disponível nos *mass media* não chega a toda a gente, mas apenas a alguns. Nesse sentido, a influência do líder de opinião vai simplificar a informação e, ao fazê-lo, redirecioná-la para os indivíduos que, depois, discutirão entre si o tema exposto, atingindo mesmo aqueles que não tiveram acesso à mensagem em si, formando a opinião pública. A este processo chama-se influência pessoal - o papel que cada um tem no processo do fluir da comunicação, em que a pessoa age individualmente em grupos que constroem e reconstróem a sociedade. Note-se que esta vertente da influência pessoal do *two-step flow* surgiu mais tarde, em 1955, num estudo publicado por Elihu Katz e Paul Lazarsfel, intitulado “Personal Influence: The Part Played by People in the Flow of Mass Communicattions” (Trad: Influência Pessoal: O papel das pessoas no fluir das comunicações em massa)

Antes, em 1944, já Merton havia definido o que eram líderes de opinião, ao tentar descrever a estrutura de influência e os seus líderes. A análise qualitativa “Patterns of Influence. A study of Interpersonal Influence and of Communications Behavior in a Local Community” distinguiu os líderes de opinião local e cosmopolita, com base na estrutura das suas relações sociais (MCQUAIL, WIMNDAHL, 2003: 47).

O líder de opinião local, concluiu Merton, vive em comunidade, estabelecendo relações com todo o tipo de pessoas, indiscriminadamente. O seu objetivo é conhecer o maior número possível de pessoas porque a sua influência não se baseia em competências, mas sim no conhecimento dos outros. O seu consumo de *mass media* “exclui as publicações mais comprometidas” e destaca “o «lado humano», o aspeto pessoal e as anedotas das mensagens fornecidas pela imprensa ou pela rádio” (MCQUAIL, WIMNDAHL, 2003: 48), exercendo a sua influência em vários temas. Merton apelida-o

de polimorfo, o oposto do líder cosmopolita que é monomórfico, exercendo influência em áreas temáticas particulares.

Com competências específicas e, por isso, autoridade em determinadas áreas, o líder cosmopolita tem uma rede de relações pessoais mais pequena e qualitativa, viveu fora da comunidade e consome “géneros mais «elevados» de comunicação de massa” (MCQUAIL, WIMNDAHL, 2003: 48),.

Esta tipologia de Merton contribuiu para analisar o peso e a influência dos *mass media*, tendo em conta os “atributos pessoais” e as “funções sociais” dos destinatários, bem como “das suas implicações relativamente às redes de ligações interpessoais” (MERTON, 1949: 207).

No caso específico desta análise, o contexto é o de censura, o meio é o *Expresso* e o *visto* escrito pelo líder de opinião Francisco Sá Carneiro.

No Portugal de 1973 (ano do surgimento do *Expresso*), submerso num regime de ditadura e de censura, é de esperar que os artigos de opinião sejam um exemplo profundo dos cortes efetuados num jornal, na medida em que (e com base na teoria do *two step flow*) fazem chegar a informação a todas as pessoas e pessoas informadas não interessam a uma ditadura. Interessavam menos ainda quando o autor desse processo era um deputado da chamada ala liberal da Assembleia Nacional e, por isso, bem contextualizado no que à política dizia respeito, por estar no centro do acontecimento político.

O novo regime, ciente dos erros cometidos pelos anteriores, reconhecia o poder da opinião pública e dos jornais, que a fomentavam. Não interessava ao novo governo que “aparecesse escrito o que não queria”, muito menos que o leitor “pudesse deduzir ou aduzir” (CASTANHEIRA, 2013: 36-38) sobre a sua atuação. Da mesma forma que não lhe interessava que o público tomasse consciência da censura e do risco da ditadura ao ver espaços em branco. Daí a obrigatoriedade de preenchimento desses mesmos espaços, quando o *visto* era cortado ou proibido, com outros conteúdos. Dessa forma também não lhe interessava que essa informação fosse simplificada e chegasse a todos os estratos da sociedade, sendo que os artigos de opinião de Sá Carneiro estariam constantemente sob a mira do exame prévio. Isso mesmo confirma Francisco Pinto Balsemão, diretor do *Expresso*, ao acusar a censura de perseguir “incessantemente” o *visto* com cortes totais e parciais (CASTANHEIRA, 2013: 11).

A opinião pública tem sido sempre uma preocupação importante dos presidentes porque a opinião pública representa um recurso valioso na liderança presidencial de política pública (KERNELL, 1986). Vejamos o exemplo de Herbert Hoover, o primeiro presidente norte-americano (1929 a 1933) a reunir dados sobre a opinião pública e o primeiro a utilizar os editoriais dos jornais para a medir (EISINGER, 2000: 643-661).

Os editoriais eram vistos como o equivalente à opinião pública, por se pensar que refletiam os sentimentos da região que abrangiam. Theodore Joslin, secretário do presidente Hoover, relatou que as informações incluíam artigos e editoriais selecionados de cinco mil jornais publicados em todo o país, fornecendo ao presidente uma visão ampla das diferentes opiniões. Joslin também registava informações sobre os autores dos editoriais, o jornal para o qual trabalhavam e uma breve descrição da sua tendência partidária (JOSLIN, 1934). Uma análise de ideologia política foi feita igualmente em Portugal, durante o governo de Salazar (muito embora com outro propósito), como mostra o decreto-Lei nº 26 589, de 14 de maio de 1936, que argumentava que alguns organismos oficiais faziam publicar anúncios em jornais de ideologia oposta à do Estado. No artigo 4º do mesmo decreto, a Direção dos Serviços de Censura fez saber uma lista de jornais em que os anúncios podiam ser publicados, lista essa composta apenas por jornais situacionistas, forçando a falência de várias publicações que, sem direito a publicidade, não conseguiram subsistir.

A comunicação mediada por Francisco Sá Carneiro e os restantes líderes de opinião fornecia informações ao público e estimulava-o a conversar sobre a conjuntura política portuguesa algo que, de acordo com Kim, Wyat e Katz (1999) é de importância central no processo democrático, logo avesso à ditadura que persistia em Portugal.

Importa destacar que, atualmente, existe a tese de que o *two-step flow* evoluiu para um modelo de um passo apenas – o *one-step flow*. Este modelo defende que os hábitos da sociedade mudaram fundamentalmente, que agora os indivíduos são mais isolados e que, graças às novas tecnologias, recebem informação personalizada que processam de forma diferente e sem comunicação interpessoal. “Os indivíduos tornaram-se menos propícios à participação em grupos, ganharam maior comando do seu próprio ambiente” (BENNET, MANHEIM, 2006) e os comunicadores substituíram o papel anteriormente designado pelo grupo, direcionando logo a informação para a audiência selecionada.

Esta tese, no entanto, tem as suas falhas. Ainda hoje se vêem líderes de opinião nas revistas, nas televisões, nas rádios e nas redes sociais e ainda hoje eles geram discussão entre os membros da audiência, inclusive notícias na imprensa. Em Portugal temos o exemplo de Ricardo Araújo Pereira, que escreve uma crónica semanal para a Visão, fala todas as manhãs na Rádio Comercial e faz programas televisivos e políticos em período pré-eleitoral; ou do professor Marcelo Rebelo de Sousa, que também escreveu para o Expresso durante o período de análise desta dissertação e mais tarde foi seu diretor (1980 – 1983), e cuja colaboração no Jornal das 8, na TVI, de domingo à noite, existe desde 2000 (com um período de intervalo de 2004 a 2010, em que se mudou para a estação pública) e desde 2010 até 2016, ano em que foi eleito Presidente da República.

Nas redes sociais os líderes de opinião também existem e fomentam a comunicação interpessoal através dos comentários, das partilhas e dos ‘gostos’ que dão visibilidade à publicação e alimentam a discussão, e nem sempre são figuras públicas, mas apenas figuras centrais ou mais importante do círculo social local.

Nestas situações em específico, a linguagem simplificada e a contextualização da informação típica do modelo *two-step flow* permite superar o alienamento da população em geral relativamente à política e a tendência a evitar conversas sobre política em muitas relações sociais, mencionados por Muntz e Elisoph, em 1998. Hoje, os indivíduos não são apenas recetores de informação mas também a geram, em blogs, no Facebook, no Twitter, no YouTube, no Google+ e outras redes sociais que permitam partilha e é dessa forma que a influência pessoal se dá, não presencialmente, é certo, mas através das novas tecnologias.

O regime queria a passividade dos portugueses e o fato do *Expresso* ser um jornal também influenciava uma atitude mais ativa em relação aos temas abordados. Uma série de estudos conduzidos por Herbert Krugman (KRUGMAN, HARTLEY, 1970) demonstrou que as pessoas processam a informação de forma diferenciada através da imprensa. Em comparação com a informação televisiva, os estudos mostram diferenças a nível biométrico e a nível de padrões das ondas cerebrais que revelam um comportamento mais psicológico envolvido com a leitura. E logo, os leitores eram mais perigosos para a conjuntura que se vivia e talvez por isso, a Imprensa, a maior vítima do período censório. Note-se que este comportamento mais psicológico é igualmente fundamental para que o leitor percecionasse as “mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só

pode surgir depois de uma observação cuidada ou de uma intuição carismática” (BARDIN, 1977: 9-15). Essa segunda leitura substitui a leitura normal e mostra que “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissémico esconde-se um sentido que convém desvendar” (BARDIN, 1977: 9-15).

Questões de Partida

Antes de proceder a qualquer análise surgem questões iniciais que vão ser o foco e a estrutura da nossa procura. Por ser o tema desta dissertação o reflexo do condicionamento das notícias no jornal Expresso, durante a época marcelista (através da análise dos *vistos* de Sá Carneiro) as principais questões têm como base a premissa da censura e de como esta poderia ser contornada pelo autor.

Q1) Em que medida é que os *vistos* publicados no Jornal Expresso foram censurados?

Q2) Quais os temas mais proeminentes nos artigos?

Q3) De que forma é a censura perceptível nos artigos publicados?

Q5) Que técnicas utilizava Sá Carneiro para cativar o interesse dos leitores?

Q6) Que estrutura implantava nos seus “Vistos”?

Q7) Como era feita a explicação dos acontecimentos?

Q8) Os leitores percecionariam, realmente, melhor a informação quando esta era abordada por Sá Carneiro?

Q9) O *visto* chegava aos vários setores da população ou somente a um nicho mais instruído de leitores?

Antes de proceder à análise do conteúdo dos *vistos* e porque esta terá em conta o emissor e o recetor – necessariamente influenciados pela conjuntura – seguir-se-á um capítulo de contextualização.

A censura antes do novo regime

O golpe militar de 26 de maio de 1928 acabou com a Primeira República e levou à implantação da Ditadura Militar, mais tarde autodenominada Ditadura Nacional e, após a aprovação da Constituição de 1933, Estado Novo, regime que se manteve no poder até 25 de abril de 1974 (BATISTA, 2012).

Mas essa não foi a primeira vez que a censura se instalou em Portugal. Períodos de instabilidade governativa ditaram a imposição da mesma de 1823 a 1826 e de 1828 a 1833. Houve alturas em que foram “suspensas as garantias e proibida a publicação dos periódicos e ainda breves períodos subsequentes, para fazer face a uma instabilidade política exacerbada” (FRANCO, 1993: 11).

Os governos liberais esforçaram-se por eliminar a censura de livros e periódicos, fomentar a liberdade da palavra, da imprensa e da discussão, o que se traduziu num aumento de números de publicações. A 4 de julho de 1821 são tipificados, em Carta-de-lei, os abusos da Liberdade de Imprensa e é instituído um tribunal especial de proteção à mesma. Na Carta lê-se que “toda a pessoa pode, da publicação desta lei em diante, imprimir, publicar, compor e vender nos estados portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia censura [...]” (MARQUES, 1978: 52). O documento é aprovado e consagrado na Constituição a 23 de setembro do mesmo ano mas nem este nem os liberais vigoram durante muito tempo e a censura é de novo instaurada por D. Miguel, que chega a Portugal em fevereiro de 1821, e dá início a uma “nova fase de pressão sobre a imprensa que se prolongará até 1833” (MARQUES, 1978: 52), sendo que no último ano “manda nomear uma comissão para uma espécie de exame prévio”, com o “interesse de evitar os abusos que possam cometer-se” (MARQUES, 1978: 52), algo similar, na sua base, à censura estabelecida durante o Marcelismo.

A partir daí, Portugal encontrou-se sempre mais ou menos exposto à censura, com destaque para a década de 1890 a 1900, período em que dois documentos alteram novamente os princípios da Liberdade de Imprensa, ambos na última fase do rotativismo partidário, um sob o governo progressista e outro sob a ditadura de João Franco: o decreto de 7 de dezembro de 1904 e o decreto de 20 de junho de 1907, respetivamente. Sendo que, no último, o ditador revoga a Lei de Imprensa de 1898 e “proíbe a circulação, exposição e qualquer forma de publicação atentatória da ordem e da segurança pública”

(FRANCO, 1993: 32-33). No mesmo ano, João Franco publica, a 11 de abril, uma lei que institui o Gabinete Negro, conjunto de agentes do Ministério Público que se reuniam semanalmente para examinar os jornais. “O regime convulsionava-se fatalmente – a repressão era a sua única arma, tardiamente utilizada” (FRANCO, 1993: 32-33).

Apesar da Liberdade de Imprensa recuar sempre que “uma forma mais autoritária” pretendia “assumir as rédeas do poder”, os jornais portugueses continuaram a multiplicar-se entre 1800 e 1900 e, “em começos do século XX, Portugal detinha um lugar honroso entre os países do mundo no que dizia respeito tanto ao número absoluto como à taxa proporcional de periódicos de todos os tipos” (FRANCO, 1993: 12).

Desde a Revolta de 31 de janeiro de 1891 até 1910 deu-se o ruir do Regime Monárquico e a ascensão da República. Os adeptos - “uma elite de intelectuais energéticos e militares, a maioria dos jornalistas, os estudantes, os sargentos, uma parte das pequenas classes médias urbanas, e o operariado”(SARAIVA, 1978: 323) - eram cada vez mais e as ideias republicanas eram bem acolhidas pela imprensa, livre quase até ao fim da Monarquia, que respeitou as regras do liberalismo. Apenas cinco dias após a Revolução de 5 de Outubro, que pôs fim à Monarquia e instaurou a Primeira República, é revogada a lei repressiva de João Franco (1907) e, uns meses depois, a política de liberdade de informação é consagrada no 13º artigo da primeira Constituição Republicana (1911) com o direito de livre expressão “seja qual for a sua forma, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia”, sendo que o abuso permaneceu “punível nos casos e pela forma que a lei” determinasse (SARAIVA, 1978: 323).

O conflito europeu de 1914 a 1918 e a participação de Portugal com os Aliados levou a que se instaurasse, no país, a censura por motivo de guerra. A Liberdade de Imprensa foi seriamente abalada, uma vez que a censura se estendeu muito além do final do Armistício, prolongando-se até fevereiro de 1919 (FRANCO, 1993).

Estava instalada a censura prévia dos periódicos, exercida por comissões especialmente concebidas para esse fim, preferencialmente compostas por “oficiais do exército de terra, mar e ar” (SARAIVA, 1978: 323)², nomeados pelo Governo e pelos governadores civis. Caso os jornais mantivessem o que havia sido eliminado pela censura ou não apresentassem as suas publicações previamente, ariscavam-se a ser suspensos. À primeira reincidência eram-no, na certa, por um período mínimo de 30 dias, podendo

² Decreto nº 23 008, de 31 de março de 1916, artigo 2º

alargar-se este até ao final da Guerra, conforme a gravidade do abuso. As partes censuradas deveriam ficar em branco, a não ser que fosse aprovada pela comissão a matéria substituída, dentro da hora regulamentada, algo que permitia ao leitor detetar facilmente a ação censória, ao contrário do que acontecia na Ditadura Militar, que impunha o preenchimento do espaço censurado. Esta medida branqueadora implicava riscos: como os jornais exagerarem forçosamente os relatos para que o corte fosse inevitável e, conseqüentemente, a curiosidade dos leitores aguçada. A tática era também utilizada para reafirmar a isenção da publicação e enfatizar o “rigor do regime censório, expondo-o à indignação popular” (FRANCO, 1993: 46). Os espaços em branco eram também utilizados para fazer publicidade, como aponta Arons de Carvalho (CARVALHO, 1973) (tática também utilizada pelo Expresso em 1973 e 1974).

A Revolta de 5 de dezembro traz Sidónio Pais e o Partido Unionista ao Governo. Haviam prometido acabar com a censura, promessa que cumpriram com o decreto de 9 de dezembro de 1917, onde revogam “as medidas tomadas pelo governo transato contra a livre publicação de jornais”, anulando igualmente a “expulsão do território da República contra qualquer jornalista” (FRANCO, 1973: 51).

A liberdade vigorava oficialmente mas os órgãos de comunicação eram assaltados por grupos de arruaceiros “difícilmente controláveis” nas palavras do governo. *O Mundo*, órgão do governo deposto, foi um dos primeiros, mas não o único periódico, sendo que os atingidos eram aqueles que difundiam ideias “que não convinham” (FRANCO, 1973: 51).

No final da Guerra, Portugal volta a ter direito às colónias e assento na Assembleia da Sociedade das Nações. A morte de Sidónio Pais traz de novo a República ao governo mas a instabilidade é grande, com partidos a fazer e desfazer alianças constantemente e governos a manterem-se por curtos períodos, desde os 10 dias aos seis meses. Os jovens, desiludidos com os ideais republicanos, deixaram-se atrair pela novidade que era o fascismo (MARQUES, 1978: 281). A instabilidade e a liberdade tiveram o seu preço, com a imprensa e “a sua força difusora de ideais, de mobilização crítica e até de manipulação” (MARQUES, 1978: 260) a ser uma das causas inegável. E esse era um preço que o regime que se seguiu não estava disposto a pagar.

O novo regime: o Estado Novo

Muito antes de 1928, ano que ditou o fim da Primeira República e a implantação da Ditadura Militar, a Liberdade de Imprensa em Portugal atravessava períodos de instabilidade em que ora era anulada, ora restaurada, conforme os governos entendiam, com a aprovação e desaprovação de leis, um ciclo que se foi repetindo ao longo dos anos. No entanto, foi o Estado Novo, regime que se manteve no poder até 25 de abril de 1974 (Batista, 2012), que trouxe a censura como “peça central da estrutura orgânica” de um governo repressivo. Essa censura ultrapassava “os cortes, as suspensões e proibições a nível da imprensa e do livro” (AZEVEDO, 1999 :13), abrangendo também os restantes meios de comunicação como a rádio e a televisão, mas também as artes plásticas, o cinema, a música e o ensino (Azevedo, 1999) e fazia parte de uma frente de combate à liberdade cujos restantes agentes eram o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN/SNI), a polícia política (PIDE/DGS), a Legião Portuguesa e o Exército.

O novo regime foi instaurado na sequência de duas revoltas militares (abril e junho de 1925) que envolveram monárquicos, nacionalistas e simpatizantes de soluções autoritárias que se impunham em Itália e Espanha.

Os atos terroristas dos membros da Legião Vermelha, e a instabilidade interna que nem o presidente António Maria da Silva - eleito em novembro de 1925-, nem Bernardino Machado - chefe de estado designado pelo Congresso -, conseguiram acalmar, mostravam à opinião pública que era necessário um novo regime, um que fosse “respeitado e seguro” (FRANCO, 1993: 65). A população estava cansada da falta de segurança e o fascínio pelo fascismo, defendido por vários intelectuais, era cada vez maior. No dia 17 de junho de 1925 deu-se um segundo golpe, à frente do qual se encontrava o “general Gomes da Costa, ex-militante do Partido Radical”, que influiu um Governo de “ação francamente mais direitista” (FRANCO, 1993: 66).

Apesar de ter declarado, em entrevista ao *Diário da Tarde*, não pretender estabelecer a censura, pelo menos enquanto os jornais não o incomodassem, uns dias depois Gomes da Costa, incomodado, instaurara a criação de uma “comissão fiscalizadora da imprensa”. O general esteve menos de um mês no poder mas isso não o impediu de ser responsável por uma censura que se prolongou até 1974, com um intervalo de apenas dois dias durante

a revolta de 7 de fevereiro de 1927 (a primeira tentativa para derrubar a Ditadura Militar), e “uma suspensão de 24h após ter sido decretada” (FRANCO, 1993: 67).

No dia 22 de junho de 1926, um ano e cinco dias após o golpe, foi publicada em todos os jornais a seguinte nota, assinada pelo 2º comandante da polícia: “Por ordem superior levo ao conhecimento de V. Ex.^a que, a partir de hoje, é estabelecida a censura à imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal sem que quatro exemplares sejam presentes no Comando-Geral da GNR para aquele fim”. Aquilo que diferenciava esta censura da de guerra e sidonista era a “falta de clareza das indicações sobre a matéria a cortar e a proibição do espaço em branco”. Esse foi também o motivo para a suspensão de 24h acima mencionada, período utilizado pelos diretores dos jornais em contatos com o chefe dos Serviços de Censura, o coronel Prata Dias, para expor as dificuldades que tal medida trazia aos órgãos.

Segundo *O Mundo*, nessa reunião, o coronel explicou aos diretores que a censura recairia sobre vários temas, textos “que contivessem insultos a membros do Governo” e que pudessem “fundada ou infundadamente (...) alarmar o espírito público (... ou com) origem em movimentos de caráter revolucionário” de qualquer natureza. Os espaços em branco estavam, igualmente, proibidos (CARVALHO, 1973: 36).

A medida foi relativamente aceite por se entender que era necessária para repor a ordem, impossível de alcançar com a divergência política. O novo regime, ciente dos erros cometidos pelos anteriores, reconhecia o poder da opinião pública e dos jornais, que a fomentavam. Não lhe interessava que “aparecesse escrito o que não queria”, muito menos que o leitor “pudesse deduzir ou aduzir” (CARVALHO, 1973: 36) sobre a sua atuação. Da mesma forma que não lhe interessava que o público tomasse consciência da censura e do risco da ditadura ao ver espaços em branco, cujo preenchimento por parte dos jornais levava a atrasos nas impressões, perdas de comboio e desagrado da imprensa no geral. A não publicação de algo que é julgado como prejudicial era a lógica da censura, mas definir que esse espaço fosse preenchido “obrigatoriamente, com ideias opostas àquelas que inspiraram o autor, representava a maior das violências contra a consciência alheia” (CARVALHO, 1973: 38).

Depois de 24h de suspensão, a 24 de junho de 1926, já os jornais exibiam selo comprovativo de censura. Os espaços censurados eram preenchidos, sempre que possível, com outros artigos noticiosos, sendo que a técnica era utilizada pelos jornais, numa

espécie de código, para mostrar ao leitor que aquele espaço tinha sido censurado: como a publicação de um conteúdo que, habitualmente, se encontraria noutra página e não ali. A tática foi utilizada também durante o regime salazarista (CARVALHO, 1973: 39).

A primeira Lei de Imprensa do novo regime foi decretada a 5 de julho de 1926, não alterando substancialmente o disposto na lei de 1910. O primeiro artigo definia que era permitido a todos “manifestar livremente o seu pensamento, independentemente de censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia” (FRANCO, 1973, 71-73), mas a lei não levantou a censura nem a previa como medida extraordinária, o que leva a crer que fosse vista como uma medida transitória até pelo Executivo. A mesma lei proibía a apreensão de qualquer publicação “sob qualquer pretexto ou razão” e previa a “pena de prisão correccional e multa correspondente” a todas as publicações que contivessem afirmações ofensivas “da dignidade ou do decoro nacional” ou que tivessem sido redigidas “contra a segurança do Estado, da ordem e da tranquilidade públicas” (FRANCO, 1973, 71-73). Os abusos de liberdade eram os mesmos que haviam sido estabelecidos na primeira fase da Primeira República.

Após o exílio de Gomes da Costa para os Açores (não sem antes ter posto fim à censura numa tentativa de ganhar apoio contra a oposição composta por Sines de Cordes, Carmona e Dias Rosado), é Óscar Carmona quem o substitui, a 9 de julho, repondo rapidamente a censura. No dia seguinte, em entrevista a *O Mundo*, afirma que nada lhe repugna mais o “espírito liberal do que a censura à imprensa (...) o governo não receia a crítica. Deseja-a até. Mas a crítica de fatos reais e não imaginários”, o problema era agora as “notícias tendenciosas” que “desorientam o espírito [e] provocam agitação”, ao contrário das “notícias fundadas ou infundadas” que haviam sido alvo da censura de Gomes da Costa apenas uns meses antes (CARMONA, 1926).

Carmona acreditava que a suspensão de garantias (neste caso, da liberdade) era necessária como instrumento essencial da ordem pública, prometendo atenuá-la dia a dia, até que desaparecesse.

No plano legal repete-se a proibição da censura em teoria mas não na prática, com a Lei da Imprensa publicada em julho de 1926 que nada muda. A única alteração face à lei anterior passa pela possibilidade de supressão dos periódicos, caso incorram no crime de

difamação três vezes. O diretor da publicação, a ser condenado pelo mesmo crime, será proibido de dirigir algum jornal durante cinco anos³.

À medida que a ditadura se consolidava, também a oposição. Entre 3 a 9 de fevereiro de 1927, primeiro no Porto e depois em Lisboa, nasce um movimento revolucionário que contou com o apoio de milhares de civis e parte do Exército e da Marinha. A 7 de fevereiro do mesmo ano, uma confusão entre duas forças, leva os jornalistas do *Diário de Notícias* a acreditar que o regime havia sido deposto, “celebrando o fim da censura com vivas à República na primeira página” (FRANCO, 1993: 83-84). Estavam enganados.

No dia seguinte o Governo consegue controlar a situação, mas “a sobriedade habitual daquele jornal, quebrada deste modo, mostra bem quanto pesava sobre os jornalistas a perda de liberdade de expressão, sendo a reação, expressa nesse dia, manifestamente fruto da pressão de todo o quadro redatorial, esperançado no fim do novo Regime”(FRANCO, 1993: 83-84).

Carmona é eleito presidente da república a 28 de maio de 1928 e a 27 de abril, Oliveira Salazar, novamente convidado para ministro das Finanças, toma posse na sala do Conselho de Estado, dando início a uma carreira política que só termina a 6 de setembro de 1968.

A condição financeira do país era grave e o professor universitário Oliveira Salazar impôs algumas condições para assumir a pasta das Finanças: “poder supervisionar os orçamentos de todos os ministérios e ter o direito de veto sobre qualquer aumento das respetivas despesas” (FRANCO, 1993: 83-84)⁴.

O ministro soube “rodear-se de uma auréola de «mago das finanças» e de possuir uma solução miraculosa para salvar Portugal da bancarrota” (BRAZ, 2008: 35) que, entretanto fizera um pedido de empréstimo de 12 milhões de libras (1927) à Sociedade das Nações e cuja recusa favoreceu a implantação do programa financeiro proposto por Salazar.

No período de 1928/29, conseguiu saldo orçamental positivo nas contas do Estado português, pela primeira vez em 15 anos. O ministro ganhou prestígio e passou a ser visto como o “verdadeiro salvador da Nação. Homem de poucas palavras, Salazar soube, no

³ Decreto nº 12 008, de 29 de julho de 1926, artigo 16º

⁴ *Idem*

entanto, utilizar uma linguagem simultaneamente sóbria e simples que lhe assegurou a popularidade” (BRAZ, 2008: 35). Influente e consciente disso, passa a dirigir-se à população em discursos que abrangem mais do que as finanças.

O Governo começava a insinuar, nos seus discursos, a necessidade de uma nova Lei de Imprensa, uma que desse cobertura legal às novas condições censórias. A carta circular *urgente* de 28 de agosto de 1931, enviada às imprensas pela Direção dos Serviços de Censura merece destaque por fornecer aos jornalistas uma lista de instruções pelas quais se deveriam reger. O documento reiterava “o direito livre de expansão de ideias” mas também “o bem público [que o] condiciona”, declarava não pretender “conduzir a Imprensa Portuguesa a uma atitude de colaboração *servil* com a obra nacional da Ditadura” mas, ao mesmo tempo, obrigava, sob ameaça de suspensão, os jornais a publicarem, “como seus, notas e comentários condenatórios de atos que o Governo considerava” prejudiciais à Nação (MARQUES, 1978: 338).

A medida era justificada, no mesmo texto, “com a influência deletéria” que determinados jornais exerciam sobre a opinião pública, através de publicações que aplaudiam “ainda que direta ou indiretamente, a coberto de uma ideologia falseada, (ou) mantendo um mutismo culposo e absurdo em face de atos que a Nação” repudiava.

A Direção dos Serviços de Censura reconhecia o poder da imprensa livre e apontava as medidas expressas na circular como uma forma de evitar que essa fosse utilizada “como arma política (...) contra as instituições republicanadas e contra o bem-estar da Nação”. Ao todo foram dezanove indicações, sendo que uma das últimas alertava a imprensa para o facto de abusar do seu direito e esquecer o seu “mais instante dever” ao alarmar a “opinião pública, provocando a desordem nos espíritos” que gerava desordem e indisciplina.

A mesma circular enumerava a matéria a cortar, mas Graça Franco afirma ter confirmado “junto dos profissionais de então” que tal informação não chegou às redações e terá sido destinada apenas aos censores, de forma a acabar com a “divergência de critérios”. Segue a lista do que não era permitido (FRANCO: 1993: 94-99).

- a) As referências desprimorosas ao Chefe de Estado, altos poderes do Estado, Chefes de Estado Estrangeiros e seus representantes em Portugal;
- b) Referências irreverentes às autoridades e entidades oficiais;
- c) Referências a assuntos que se liguem com a ordem pública;

- d) Notícias de atentados de caráter político;
- e) Notícias pormenorizadas de julgamentos por motivos políticos;
- f) Notícias que originem o alarme e a intranquilidade pública;
- g) Composições cuja forma acuse o propósito intencional de velar a verdadeira alusão a esta seja suspeita;
- h) Assuntos que possa significar o propósito deliberado de entravar a marcha dos negócios públicos;
- i) Correspondência, notícias ou composições referentes a exilados políticos que envolvam questões de política nacional;
- j) Pormenorização extensa de crimes passionais ou de outros de fácil poder de sugestão;
- k) Crítica sistemática aos atos da Ditadura Militar que revele menos o propósito de esclarecer e construir do que o desejo de baralhar e destruir.
- l) Suicídios, com exceção dos cometidos por criminosos conhecidos e como tal apresentados a público;
- m) Infanticídios, quando não seguidos da notícia da punição, aplicada por sentença dos tribunais aos autores do crime.
- n) Anúncios de astrólogos, bruxas, videntes e outros, de correspondência amorosa de redação desmoralizadora; de negócios com permutas de empregos públicos; de indústrias ilegais, como progressões científicas e outras; emprego suspeito de capitais; de especialidades farmacêuticas de cuja leitura resulte o conhecimento da sua aplicação a fins condenáveis; de empréstimos imorais; de empregos de moral suspeita e todos aqueles de cuja redação possa transparecer dissolução de costumes. É de notar que à censura, no âmbito determinado pelas suas funções, interessam especialmente a redação, os termos empregados cuja leitura possa ferir a moral doméstica. Nos anúncios, portanto, das especialidades farmacêuticas para tratamentos de doenças ocultas, a função da censura visa meramente a redação, nunca a publicidade do artigo que outra repartição do Estado registou e a Polícia não persegue;
- o) Crimes cometidos por menores;
- p) Notícias de nomeações, exonerações, demissões ainda não confirmadas;
- q) Alusões aos serviços da Censura;
- r) Espaços em branco, escarificações ou outros de que se julgue poder depreender-se, mesmo erradamente, a ação da Censura;

s) A designação da qualidade de oficial do Exército de indivíduos acusados de faltas que impliquem deslustre para a honra militar. Excetuam-se os autores de crimes militares;

t) Notícias que interessem às relações diplomáticas com países estrangeiros sem autorização desta D. G.;

u) Propaganda de doutrinas políticas consideradas perigosas para a segurança do Estado;

v) Todos os assuntos sobre os quais surgirem dúvidas, os quais serão sujeitos à apreciação desta D.G.;

y) Todos os locais que claramente indiquem o propósito de obrigar ao pagamento de dívidas comerciais, sob ameaça do escândalo, e quaisquer outros de pura chantagem comercial indignas do jornalismo honesto.

A 5 de julho de 1932, Domingos Oliveira cede o lugar na chefia do Governo a António Oliveira Salazar. (Ferro, 1933)

A censura de Salazar

A censura não foi criada pelo Estado Novo, como já foi referido, mas durante a chefia de Salazar, intensificou-se. Homem de poucas palavras deu uma das poucas entrevistas da sua vida a António Ferro, jornalista que era, reconhecidamente, seu admirador. Ferro entrevistou Salazar pouco depois da sua tomada de poder, antes da Constituição de 1976 ser publicada e perguntou ao ministro se não “havia chegado o momento de acabar com a censura?” (FERRO, 1933: 45-49). O entrevistado respondeu vagamente, como Carmona havia feito outrora, afirmando que a ação da censura iria ser reduzida ao “indispensável” e apenas como “corretivo necessário” para casos em que “por ignorância ou má fé” os fatos fossem deturpados pela Imprensa. Na mesma entrevista Salazar falou da criação de um “*bureau* de informações a que os jornalistas” poderiam “recorrer”, quando quisessem, “para se munirem de elementos necessários à análise e até à crítica da obra do Governo”. Esse *bureau* viria a concretizar-se, mais tarde, como o Secretariado de Propaganda Nacional. Salazar afirmou também compreender que a “fiscalização” irritasse os jornalistas porque não era feita por eles “o que significará sempre, para quem escreve, opressão e despotismo” (FERRO, 1933: 45-49), lançando a ideia de uma Ordem dos Jornalistas que ditasse o fim da censura. “Tal Ordem não poderia ser mais do que a concretização institucional de um fantasma que pairava em todas as redações e que dava pelo nome de autocensura, que só não suscitava maior repulsa porque existia a outra, a de facto, a filtrar tudo o que pudesse escapar no primeiro filtro” (FRANCO, 1993: 100-103).

A Constituição Portuguesa de 1976, redigida durante o Estado Novo, publicada a 11 de abril, coincide com a publicação do Decreto nº 22 469, onde é explícito que as “folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social” sejam sujeitas a uma censura prévia. Para além da censura institucional, “presente em todos os sectores da vida social, política e intelectual portuguesa, e que originava, inevitavelmente reflexos individuais de automutilação criativa, ou autocensura individual” existia também a censura paralela, alimentada por “denunciadores individuais” que se identificavam com a ideologia do regime e faziam a vez de censores não remunerados, a autocensura colectiva (por parte de associações, Academias) que atingiam “um vastíssimo número de cidadãos” (AZEVEDO, 1999: 14).

“A importância da Censura para a ditadura residia, desde logo, naturalmente, no facto dos principais dirigentes do regime e, em primeiro lugar, Salazar, terem consciência de

que a sua governação não resistiria à livre análise e crítica dos seus opositores” (AZEVEDO, 1999: 16).

A censura endureceu, a PIDE (polícia política criada pelo Decreto nº 22 992, a 29 de agosto de 1933), poderoso instrumento de coerção, colaborava com os serviços de censura, tinha o poder de apreender livros depois de publicados e “passou a interferir cada vez mais na vida quotidiana dos cidadãos (...) milhares de pessoas foram presas (...) a ditadura pode gradualmente ver-se livre dos seus inimigos, incluindo a maior parte dos revolucionários profissionais e dos elementos treinados na prática conspiratória, conseguindo impor ao país uma situação de ‘paz e tranquilidade’” (MARQUES, 1978: 338).

No mesmo ano é criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), “que vem a desempenhar um papel de relevo na divulgação do ideário do Estado Novo” (BRAZ, 2008: 35).

A relação entre a Censura e o Secretariado da Propaganda Nacional era estreita e Salazar não abria mão de nenhum dos seus benefícios, envolvendo-se pessoalmente nas diretivas dos órgãos. Paralelamente criou a União Nacional que funcionaria até 1974, recusando o estatuto de partido mas funcionando dessa forma, como partido governamental, e prova de que Salazar não estava aberto a diálogo com a Oposição, nem sequer com o Centro Católico, partido do qual fora militante.

A repressão também era feita através do setor financeiro. O Decreto-Lei nº 26 589, de 14 de maio de 1936, forçou a falência de vários jornais. O documento argumentava que alguns “organismos oficiais” faziam “publicar anúncios em jornais de ideologia oposta à do Estado”, auxiliando os “inimigos da sociedade e do Estado” financeiramente. No artigo 4º do mesmo decreto, a Direção dos Serviços de Censura fez saber uma lista de jornais em que os anúncios podiam ser publicados, lista essa composta apenas por jornais situacionistas.

Em 1937, no rescaldo da Guerra Civil Espanhola que ameaçava renovar as forças da oposição em Portugal, Salazar acumula as pastas das Finanças, chefia do Governo e gerência dos Ministérios da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. No mesmo ano são criadas a Legião e a Mocidade Portuguesa, “forças de carácter paramilitar, que pretendiam incumbir os civis, sobretudo os jovens, de fortes sentimentos nacionalistas” (FRANCO, 1993: 115).

A censura, em 1938, era tão cerrada que mesmo os jornalistas que simpatizavam com o regime se queixavam da opressão. João Amaral, diretor do *Diário de Notícias*, jornal afeto ao Governo, foi um deles, enviando uma carta a Salazar onde declarava ser “impossível trabalhar nestas condições humilhantes”⁵.

Em 1940 é criado o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, que integrava o Secretariado da Propaganda Nacional, o Diretor dos Serviços de Censura e o presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional, com o objetivo de “assegurar a coordenação dos serviços públicos em matéria de propaganda e informação, atendendo a que novas condições derivadas da Guerra da Europa”, que impunham uma maior ligação entre os “organismos existentes com aqueles fins”⁶. O órgão controlaria não só a imprensa nacional como os jornalistas estrangeiros e agências noticiosas. Salazar estava determinado a manter a neutralidade na Segunda Guerra Mundial e a cedência das bases militares dos Açores às Forças Aliadas, quando a vitória sobre os alemães era quase certa, não poderia chegar aos jornais. A Portaria nº 10 402, de 28 de maio, assinada pelo subsecretário de Estado da Guerra, Fernando Santos Costa, assegurou-o, proibindo “entrevistas e comunicados na imprensa, bem como relatórios feitos aos jornais por destinatários da correspondência das forças destacadas e aquarteladas nos arquipélagos dos Açores e da Madeira”. A censura de Guerra era mais rigorosa mas também mais justificável.

Em 1944 Salazar deixa o Ministério da Guerra que passa para o coronel Santos Costa e, no mesmo ano, Marcelo Caetano entra para o governo, assumindo o Ministério das Colónias, chefia que ocupa até 1947.

Com a vitória dos Aliados, em maio de 1945, a Oposição ganha nova força, alimentada pela conjuntura internacional e pela liberalização ou democratização do regime português defendida pelos Estados Unidos e Inglaterra. No mês de setembro desse ano Salazar promete eleições livres para daí a dois meses e permite a criação do Movimento de Unidade Democrática (MUD) – onde todas as forças oposicionistas convergiam. “A Oposição depressa se deu conta, todavia, de que a liberdade conseguida não permitia ir muito além de declarações na Imprensa” (FRANCO, 1933: 122) e os dois meses que antecipavam as eleições, deram-se conta, não chegavam para que se

⁵ Carta de João Amaral a Salazar datada de 21 de novembro de 1938

⁶ Decreto nº 30 320, de 19 de março de 1940

organizassem eficazmente. Pediram, em vão, um adiamento a Salazar que lhes recusou o pedido e o MUD acabou por retirar a sua candidatura, o que resultou num Parlamento inteiramente composto por membros da União Nacional. O regime ganhou as eleições e também um conhecimento maior sobre aqueles que se lhe opunham. A campanha da MUD angariou milhares de pessoas que subscreveram as listas do partido e acabaram perseguidas e, até mesmo, presas. A Imprensa, que na altura da campanha teve direito a uma réstia de liberdade, também mostrara mais abertamente as suas convicções, o que levou a que, em 21 de dezembro de 1945, o Governo apresentasse um relatório onde declarava um decréscimo de publicações tidas como defensoras do Estado Novo (de 93 para 66), de eventuais defensoras (de 187 para 130), hostis (de 4 para 33), eventualmente hostis (4 para 17) e neutras (de 263 para 257)⁷. A 15 de outubro do mesmo ano, o Decreto-Lei nº 35 015 altera o Código Penal e passa a condenar qualquer “ofensa cometida publicamente, de viva voz ou por escrito ou desenho publicado ou por qualquer meio de provocação” ao Chefe de Estado a “uma pena nunca inferior a um ano”. Qualquer texto publicado onde a ação dos Aliados era defendida acabava cortado pelo Governo que, apesar de oficialmente celebrar a vitória dos Aliados sempre abrigara “tendências pró-germanófilas” (FRANCO, 1993: 122).

As eleições de 1949, que tinham Norton de Matos como candidato do movimento oposicionista muito embora não tenham sido livres, asseguraram um aligeirar da censura, como o foi em outros períodos eleitorais. Quaisquer comunicados provenientes da sede de Norton de Matos que mencionassem, ainda que indiretamente, a falta de liberdade no ato eleitoral ou os pedidos da Oposição para acederem aos cadernos eleitorais, eram proibidos. O candidato acabou por se retirar quando o seu pedido não foi atendido, e Carmona foi reeleito, acabando por falecer dois anos depois. As eleições de 1951 foram tão livres como as outras, e ganhou Craveiro Lopes, candidato apoiado pelas forças do governo, por desistência dos restantes.

Os anos 50 foram de estabilidade para o Regime, que consolidou, através da Censura e da Propaganda uma imagem externa favorável à entrada de Portugal para a OTAN em 1949 e para a ONU em 1955. Mas quando o mandato de Craveiro Lopes terminou e foi anunciada a sua não recandidatura, surgiu um candidato que amedrontou o Regime: Humberto Delgado. A oposição estava forte e o seu candidato carismático conquistava a

⁷ Mapa Estatístico por distritos: da situação geral da Imprensa Portuguesa. (s.d.). Em A política de informação no regime fascista vol. 1. pp 114-115

população. Mais uma vez, o período eleitoral abrandava a censura, permitindo críticas e dissonâncias mas cortando sistematicamente notícias que fizessem referência antecipada à presença do candidato da oposição em determinado dia e local. Durante o período de campanha eram também censurados relatos de atitudes repressivas tomadas pelo Regime contra a oposição, bem como eram deturpados títulos e factos sobre as atividades oposicionistas. Exemplos disso são as notícias d’*O Século* de 24 de maio de 1958 em que são eliminadas, pela censura, referências às prisões de elementos afetos à candidatura de Arlindo Vicente (candidato apoiado pelo Regime) e à proibição de ajuntamentos para saudar Humberto Delgado (FRANCO, 1993: 131).

Apesar do apoio manifesto dos portugueses, Humberto Delgado perdeu as eleições. O general afirmou, até ao fim dos seus dias, que tinha sido alvo de uma fraude eleitoral.

A década de 60 foi marcada pela autocensura, a maior consequência da censura salazarista. Os jornalistas já só escreviam aquilo que achavam que passava o visto dos censores e a própria Direção não autorizava menos que isso. A censura passou a ser feita via telefone, com os censores a contactarem os jornais durante a tarde para os informar daquilo que não deveria ser escrito, porque se fosse, seria cortado.

O conflito ultramarino, a guerra em Angola, Guiné e Moçambique vieram agravar os ataques contra o regime que tornou a censura mais restritiva ainda. Os ‘delitos’ da Imprensa passam a ser julgados por tribunais plenários (Decreto-Lei nº 44 278, de 14 de abril de 1962) e os Serviços da Censura passam a depender, exclusivamente, da Presidência do Conselho (conforme despacho assinado por Salazar a 20 de outubro de 1962). A repressão policial tinha na PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) o seu maior veículo e apesar de cada vez mais forte, não conseguia apaziguar a nova força da Oposição. As eleições de 1965, realizadas em colégio eleitoral restrito, garantiram novamente a presidência a Américo Thomaz e o seu oponente, considerado perigoso, morreu assassinado no mesmo ano. “As formas de controlar a Oposição vão variar, mas o objetivo é nítido: tentar reduzi-la ao silêncio, impedindo a crítica enquanto isso ainda é possível” (FRANCO, 1993: 141-142)

António de Oliveira Salazar escreveu pouco sobre si mesmo. Transcreveu o essencial do seu pensamento político em seis volumes de discursos e notas, escreveu cartas detalhadas que permitem reconstruí-lo um pouco e “concedeu raras e espaçadas entrevistas, cujos termos e condições definiu previamente para servir estratégias

circunstanciadas, e cujas respostas burilou como quis, mesmo quando o entrevistador era um jornalista estrangeiro” (FRANCO, 1993: 141-142), prova cabal do seu comportamento face à imprensa. Na manhã de 3 de agosto de 1968, caiu de uma cadeira e com ele o cargo de Presidente do Conselho. Sucedeu-lhe Marcelo Caetano, a 26 de setembro do mesmo ano e apesar das promessas feitas, a sua Primavera nunca chegou.

O Marcelismo

Marcelo Caetano era uma figura que agradava a todos: o Regime reconhecia-o como “delfim de Salazar” e a Oposição não se esquecera do professor universitário que se demitira do cargo de Reitor da Universidade de Lisboa quando, durante a crise académica de 1962, a repressão policial que se abatera sobre os seus alunos fora, nas suas palavras, de uma “intolerável inferência na autonomia universitária” (FRANCO, 1993: 143).

Fora ministro das Colónias de 1944 a 1947, ministro da Presidência de 1955 até 1958 e nessa altura começou a afirmar-se na União Nacional como um dos que defendia maior abertura do partido por forma a conquistar mais aderentes. Para isso, Caetano defendia que fossem feitas mudanças relativamente à política ultramarina e política externa bem como a adopção de uma maior tolerância, por parte do regime, para com a oposição e a crítica. Marcelo Caetano e o seu programa governativo de evolução na continuidade parecia, no início, evoluir para uma liberdade que já era desejada desde 1945, mas depressa se mostrou na continuidade da repressão informativa.

Ao contrário de Salazar, Marcelo Caetano participava ativamente na vida pública com palestras e a publicação de livros. Numa das conferências que deu, em 1965, a convite da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto reconheceu o poder da imprensa “provocar ondas de emoção ou despertar reações de interesse que agitem momentânea, mas por vezes violentamente, a opinião (...) daí a enorme importância de que se reveste a veracidade da informação e a honestidade da sua apresentação”. Caetano acrescenta que “o crédito dado pelo leitor ao que vem no jornal (acrescido, nos países em que existe censura prévia, pelo testemunho de que ‘a Censura deixou passar’) faz com que o efeito da notícia seja imediato” (CAETANO, 1971: 95), ou seja, a censura prévia era defendida por Marcelo Caetano, não como aparelho repressor mas como reconhecedor. Não convinha revelar tudo ao público, mas a imprensa deveria ser aproveitada pelos homens do Estado de modo a “obter uma união mais íntima de governantes e governados através da exposição de problemas, da explicação das decisões, e do comentário dos resultados” (CAETANO, 1971: 114).

De facto, com Marcelo Caetano houve uma “certa abertura” inicial, mas foi “sol de pouca dura” (AZEVEDO, 1999: 200). José Silva Pinto, antigo redator da revista *Flama* e do *Diário de Notícias* testemunha que, de facto, não houve “qualquer mudança

constitucional que alterasse a essência do regime. Este continuou a ser ditatorial, no mínimo autoritário, mantendo o partido único, a censura à informação e a polícia política, embora com nomes diferentes” (AZEVEDO, 1999: 217).

A 14 de Outubro de 1968, César Moreira Batista [o então responsável pelo antigo SNI (Secretariado Nacional de Informação), elevado, por Marcelo Caetano, a Secretaria de Estado da Informação e Turismo], achou “conveniente fixar alguns princípios de orientação e enunciar algumas regras básicas” da Censura que, por princípio, atuava casuisticamente (AZEVEDO, 1999: 458 – 459).

Uma transcrição exata das normas a seguir:

«I – Não será permitida a divulgação de notícias, artigos, crónicas ou comentários ou de quaisquer outros textos que:

- 1) Possam atingir os princípios que informam a ordem jurídica constitucionalmente estabelecida;
- 2) Sejam ofensivos dos órgãos de soberania nacional, das instituições vigentes, dos Chefes do Estado ou representantes diplomáticos de países estrangeiros que mantenham relações diplomáticas com Portugal;
- 3) Que ofendam a moral cristã tradicional do país;
- 4) Que visem diretamente, de modo isolado ou em campanhas, a alteração da política adotada quanto ao Ultramar Português;
- 5) Que ponham em causa a orientação professada na política internacional (tão intimamente relacionada com a política ultramarina do país);
- 6) Que ataquem ou minimizem a posição de Portugal como membro da Aliança Atlântico (NATO);
- 7) Que atinjam, de qualquer modo, o Presidente Salazar, cuja obra como homem e como político, só pode ser discutido em termos que não diminuam a sua figura;
- 8) Que pretendam, direta ou indiretamente, estabelecer uma antinomia política entre o Presidente Salazar e o Presidente do Conselho;
- 9) Que procurem criar um clima de agitação social ou constituam o incitamento à subversão, nomeadamente através da divulgação das doutrinas marxistas ou de propaganda das atividades comunistas;

II – Deve estar-se especialmente atento a tudo quanto ponha em causa problemas ligados a reivindicações de salários e reivindicações académicas, sobretudo quando formulados em termos demagógicos ou de subversão.

III - Os inquéritos e as entrevistas com professores e estudantes ficarão em regra suspensos até que superiormente se tome a decisão que for julgada mais conveniente. (De acordo com o Ministro da Educação Nacional)

IV – Aplicar-se-á o critério da alínea anterior aos textos que venham a ser produzidos sobre as eleições de 1969.

V – Será sempre negada autorização à divulgação de exposições ou requerimentos dirigidos ao Chefe de Estado, ao Presidente do Conselho ou a qualquer membro do Governo sem sua expressa aprovação.

VI – Não devem ser aprovados textos ofensivos das Forças Armadas ou que defendam ideias pacifistas.

VII – Merecem a maior reserva todas as tentativas para fomentar campanhas de apoio e adesão às novas orientações de certo sector da Igreja Católica.

VIII – Nas páginas literárias e nas páginas dedicadas à juventude deve evitar-se cuidadosamente tudo que possa, do ponto de vista político e moral, fazer perigar a formação das novas gerações.» (AZEVEDO, 1999: 459 – 461)

Três meses mais tarde, numa conferência de imprensa no Brasil, onde se encontrava em visita oficial, Marcelo Caetano, declarou “que não se encontrava projetada qualquer lei de abolição do sistema (censório), e que, após quarenta e três anos de existência, a população portuguesa e gerações de jornalistas que nasceram durante a sua vigência” estavam tão habituados ao regime de Censura que, uma vez esta abolida, serviria apenas para “lançar confusão tanto no público como nos profissionais da Imprensa” (AZEVEDO, 1999: 462).

A Lei da Imprensa merece atenção de jornalistas, deputados e Governo. O primeiro projeto lei foi apresentado pelo Sindicato dos Jornalistas em janeiro de 1970 mas, por entender que a proposta dos deputados da ala liberal - Francisco Sá Carneiro e Pinto Balsemão - com as mesmas linhas gerais, ter maior probabilidade de ser aceite, abdicaram da própria. A decisão foi comunicada ao Presidente da Assembleia Geral, por escrito, onde o Sindicato exprimia o seu “inteiro apoio”. O Governo apresenta a sua proposta de

lei (13/10) a 2 de dezembro de 1970, discutindo-se a Lei de Imprensa até 9 de agosto, “pela demora na elaboração do parecer da Câmara Corporativa” (FRANCO, 1993: 152-154).

A Lei foi promulgada a 5 de novembro de 1971, mas seis meses depois era publicada uma nova lei, que continha o Estatuto Jurídico da Imprensa (Decreto-Lei nº 150/72) que abrangia o conteúdo da anterior e entrou em vigor a partir de 1 de junho de 1972. Antes disso, a 26 de maio, tinha sido publicado outro diploma que regulamentava os Serviços de Registo de Imprensa (Portaria nº 303, de 26 de maio de 1972). Este diploma regulou a Imprensa até abril de 1974 (FRANCO, 1993: 152-154).

Com a Lei de Imprensa Marcelista “É extinta a Direção dos Serviços de Censura”⁸ mas “a publicação de textos ou imagens na imprensa periódica pode ficar dependente de exame prévio, nos casos em que seja decretado estado de sítio ou emergência”⁹. Mas o “estado de sítio ou emergência” não precisa estar declarado para que o Governo, face a “atos subversivos graves em qualquer parte do território nacional (...) a fim de reprimir a subversão ou prevenir a sua extensão”, façam uso do exame prévio¹⁰. “O uso da Imprensa, com os fins indicados na presente Lei, apenas será limitado para assegurar:

- a) O acatamento da Constituição, o respeito pelas instituições, a unanimidade e independência do País, ou o seu prestígio na ordem interna e no conceito internacional
- b) A defesa da ordem pública interna e da paz externa e as exigências da defesa nacional e da segurança do Estado;
- c) A não divulgação de informações que respeitem a matérias de natureza confidencial ou que, embora sem carácter secreto, possam prejudicar os interesses do Estado, se existirem normas ou recomendações do Governo determinando reserva, ou esta se impuser pela sua própria natureza;
- d) O respeito da verdade, a defesa da moral e dos direitos da intimidade das famílias e dos indivíduos;
- e) A autoridade, independência e imparcialidade dos tribunais;
- f) A prevenção do crime e a proteção da saúde”.

⁸ Artigo 128º

⁹ Artigo 98º

¹⁰ Artigo 98º, ponto 2

Graça Franco aponta o uso de expressões como “prestígio (do país) na ordem interna” ou “informações [...] que, embora sem caráter secreto possam prejudicar os interesses do Estado” como exemplos da subjetividade contida na Lei.

Exemplo disso é também a possibilidade do Exame Prévio poder ser aplicado independentemente do “estado de sítio ou emergência”, quando se verificassem “atos subversivos graves em qualquer parte do território nacional” – sendo uma expressão ampla e uma “figura jurídica inexistente e cuja definição não é fácil” (FRANCO, 1993: 164).

O Sindicato criticou a redação do documento e questionou se “perante formas de subversão permanente, não estaremos perante estados de subversão permanente e, em consequência, sob a alçada de um regime de censura permanente” (FRANCO, 1993: 164). E tinha razão.

Na sessão de 20 de dezembro de 1971, a Assembleia Nacional anuiu ao Governo que propusera o reconhecimento de “atos subversivos graves”, permitindo a instituição do Exame Prévio. A Imprensa ficou sujeita ao Exame Prévio a partir da publicação da Lei 150/72, na qual o artigo 129º o estipulava enquanto durassem as circunstâncias “reconhecidas na referida resolução”. Essas circunstâncias duraram até abril de 1974.

O Exame Prévio permaneceu até à queda do regime e em pouco se diferenciava da censura. Os censores eram os mesmos, nos mesmos postos, assim como as autoridades de que dependiam. Os locais onde as provas dos jornais deveriam ser entregues também permaneciam os mesmos. Basicamente tinha mudado o nome do órgão repressor e dos carimbos utilizados. De “autorizado com cortes” para “autorizado parcialmente”; de “suspense” ou “retido” para “demorado”, e de “cortado” para “proibido”, sendo que o único que não mudou a nomenclatura foi o “autorizado”. O artigo 101º da mesma lei estipulava que os jornais já não podiam ostentar qualquer referência a cortes, sendo proibidas as expressões: “este jornal foi sujeito a censura” ou “exame prévio”, desta forma, a opinião pública pensaria que a censura desaparecera (Franco, 1993, pp. 166 - 168).

Entretanto o Regime sofria abalos na sua estrutura. A Repressão já não tinha a força de outrora e a Oposição ganhava força com os estudantes, muito embora a questão estudantil se tenha acalmado em 1970, aquando da política inovadora de Veiga Simão.

Marcelo Caetano mantinha “toda a máquina repressiva de tradição salazarista, que aliviara um pouco durante os primeiros anos de Governo, mas que voltou a intensificar nos últimos” (MARQUES, 1978: 183). Desta forma as eleições de 1973 não foram muito diferentes das legislativas salazaristas.

No mesmo ano, António Spínola, governador da Guiné, deixou o cargo e voltou a Lisboa onde, mais tarde, foi nomeado para um alto posto da hierarquia militar. Em janeiro de 1974, a Censura (ou Exame Prévio) comunicada aos jornais que deveriam enviar-lhes provas de todas as notícias que fizessem referência à tomada de posse de Spínola como Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas” (A política de informação no regime fascista, vol. II, 1980: 266).

Graça Franco conclui “A Censura à Imprensa (1820- 1974)” com um parágrafo que merece transcrição:

"Em 25 de Abril do mesmo ano, Spínola era chamado para chefiar a Junta Militar que se formara na sequência do golpe de estado que pusera fim ao Regime. Arma repressora, eternizadora de um *status* de momento, nem assim a Censura conseguiu perpetuar a vida de um Regime que morria aos poucos, ao mesmo tempo que morriam os que o tinham imposto, exatamente porque tinha sido proibida a mudança, o sangue novo, a evolução, e restara apenas a continuidade" (FRANCO, 1993: 184). Foi a Revolução dos Cravos e o fim do Marcelismo.

O Expresso

“O 25 de Abril salvou o Expresso”. É esse o título do prefácio que Francisco Pinto Balsemão assina, na primeira de três revistas especiais sobre “O que a censura cortou”, série publicada pelo jornal.

O primeiro número do *Expresso* foi para as bancas a 6 de janeiro de 1973 mas, “em rigor, arrancou na Primavera de 1972”. Quem disse foi Marcelo Rebelo de Sousa, numa entrevista realizada por Carla Batista. “Era a ideia de um jornal semanal que iria competir com os jornais diários”, com jornalistas jovens e qualificados, com 3 páginas dedicadas a “áreas políticas especializadas” (BATISTA, 2012: 270).

Francisco Pinto Balsemão, deputado e diretor da publicação, numa entrevista à revista *Flama*, datada de outubro de 1972, explicou o que era e por que era o *Expresso*.

O fundador e dono do jornal, prometeu uma Imprensa que retirasse aos “políticos o monopólio da política” e que não dependia do Governo para existir. Essa independência política e financeira foi possível graças à venda do *Diário Popular*, propriedade da sua família em 1971, cuja venda por mais de 200 mil contos, proporcionara a liquidez necessária para fundar um semanário que pretendia trazer aos portugueses aquilo que mais falta fazia: “notícias, muitas notícias, sobretudo da vida nacional” e “muita opinião, quer através dos editoriais do jornal e do próprio tom analítico comentado das notícias, quer através do recurso a colaboradores fixos e variáveis” (BATISTA, 2012: 267-268). Um deles foi Francisco Sá Carneiro, autor da crónica de opinião intitulada de *Visto*, mais tarde repartida entre o próprio, Francisco Pinto Balsemão, Magalhães Mota e Miller Guerra, e matéria de análise nesta dissertação.

O diretor do *Expresso* acreditava que tinha chegado o “momento certo para tentar falar claro e sem preconceitos”, apesar do exame prévio, por entender que a sociedade portuguesa estava agora recetiva a publicações que mostrassem, através dos seus conteúdos, “o que de verdade se pensa” e se passa (BATISTA, 2012: 267-268).

De acordo com Carla Batista, “até ao surgimento do *Expresso*, os jornais do contra adotavam estratégias de resistência à uniformização da informação com pouca margem de variação entre si”, com reportagens-choque ou extensas peças com referência a fontes documentais. “A severa limitação dos interlocutores imposta pela censura e a impossibilidade de falar dos assuntos de uma forma equilibrada, levou ao evitar da

política” e à concentração de esforços em temas “mais protegidos das desastrosas intervenções dos censores, que retalhavam a tudo sempre que o texto aflorava a vida política nacional numa perspetiva menos oficial ou convocava protagonistas cujos nomes estavam banidos ou tinham opiniões consideradas subversivas” (BATISTA, 2012: 273-274), e isso pode explicar algumas referências que Francisco Sá Carneiro fez a deputados, no seu *visto*, sem lhes dar o nome.

A censura aligeirava nos períodos eleitorais mas o período era tão pequeno e a presença dos adversários do Governo tão “irregular e interminante” que “para a maioria dos portugueses não politizados, não passavam de episódios estranhos, quase fantasmáticos, difíceis de interpretar, sem continuidade nem substância” (BATISTA, 2012: 273-274). Destaque-se novamente que essa temática foi abordada por Sá Carneiro no *Visto*, projetada nesses mesmos contornos.

O *Expresso* dava mais notícias e mais sucintas e, ao contrário dos seus antecessores, não fugia à política, mas assumia-se como jornal focado nela, pelo destaque que lhe dava nos conteúdos noticiosos e em espaços dedicados à análise, opinião ou comentários.

O *Visto*, que figurava habitualmente na página 8, por vezes remetido para a página 6 ou 10, era uma das vertentes mais fortes, afirmando-se, logo no 1º número com a ideia de, “em cada semana, procurar comunicar o que de política nacional se vê” (CARNEIRO, 1973:8)

“O *Expresso* construiu, assim, uma rede alternativa de *opinion makers* credíveis, afirmando-se como um jornal de referência na formação de opinião pública” (BATISTA: 2012: 281). Com uma linguagem concisa e simples, fazia por chegar a todos os portugueses e por lhes transmitir informações de que dispunha privilegiadamente, graças a uma rede de fontes vindas da Ala Liberal e do próprio governo que lhes cediam informações que os outros jornais não possuíam.

Marcelo Rebelo de Sousa afirmou, na mesma entrevista já mencionada, que os verdadeiros problemas do *Expresso* com a censura começaram em maio de 1973. Nessa altura, o entrevistado substituíra Francisco Pinto Balsemão (que estava em Espanha numa conferência) e mandou desrespeitar a censura, ordenando a publicação de 50 artigos cortados. A punição foi a prova de página – o envio da página maquetada aos censores: “Foi um tormento conseguir levantar a prova de página, foi levantada no verão de 1973. O outono de 1973 foi um bocadinho mais benigno porque havia pseudo-eleições em

outubro mas, a partir daí, voltou a agravar-se”, com o lançamento do livro do general Spínola - “Portugal e o Futuro”. “O jornal atrasava-se, saía à segunda em vez de ao sábado e houve uma quebra de tiragem brutal” nas últimas publicações, por causa desses atrasos. “Se não tivesse havido o 25 de Abril, provavelmente o *Expresso* não teria sobrevivido” (BATISTA, 2012: 270).

Francisco Pinto Balsemão escreve, no entanto, que o *Expresso* estava à venda todos os sábados. No prefácio de “O que a censura cortou”, escrito por José Pedro Castanheira, o diretor do *Expresso* fala dos 68 números publicados, de 6 de janeiro a 1973 a 20 de abril de 1974, todos – desde o primeiro até ao último – submetidos à censura.

O chamado Exame Prévio exercia a censura tão frequentemente e drasticamente, em matérias aparentemente tão inofensivas que, à sexta-feira à noite era certo mexer nas páginas, substituindo notícias ou artigos que haviam sido cortados ou suspensos e cujos espaços não podiam chegar, em branco, às bancas.

Em muitos casos “a eliminação de duas ou três linhas ou de uma só palavra invertia ou distorcia o sentido do que se pretendia divulgar” (CASTANHEIRA, 2013: 7) e, por isso, era necessário ponderar se a peça merecia publicação apesar do corte parcial.

As primeiras páginas eram as mais afetadas, com os artigos cortados a serem substituídos por notícias já visadas pelos censores. Nas páginas seguintes, as lacunas eram preenchidas com “matérias mais ou menos intemporais”, fotografias ou “um de dois anúncios pronto para entrar em vários formatos e que diziam «Expresso – Um jornal para saber ler» e «Expresso – O semanário dos que sabem ver» (os leitores depressa se aperceberam que a entrada destes anúncios significava ter havido corte da Censura)” (CASTANHEIRA, 2013: 7). Note-se que a publicidade foi utilizada quatro vezes para substituir os *Vistos* de 24 de novembro e de 8, 22 e 29 de dezembro de 1973¹¹. Assim como uma vez foi inserida num *Visto* para colmatar o espaço deixado pelos cortes¹² (nº 44).

Os censores tinham recebido ordens para não actuar sobre os discursos proferidos na Assembleia Nacional, o que permitia a divulgação de opiniões contrárias ao regime, declaradas por deputados da ala liberal sobre temas como o “ultramar, a PIDE/DGS, a

¹¹ *Expresso* nº 47, 49, 51 e 52.

¹² *Expresso* nº 44

Europa, o cooperativismo, etc”. – tudo temas tabu, acerca dos quais, os censores estavam particularmente atentos” (CATANHEIRA, 2013: 9)

A censura no Expresso, como nas restantes publicações, tinha fases – períodos houve em que o diretor só tinha de submeter a Exame Prévio as matérias que entendesse, outros houve em que os cortes eram feitos desmesuradamente.

Francisco Pinto Balsemão relata que as razões do endurecimento nem sempre eram óbvias mas que, por vezes, o eram, estando relacionadas com a Guerra Colonial, um voto contra Portugal na ONU, algo que acontecera em Espanha, as notícias da União Soviética e, frequentemente, com as pessoas – uma mudança de censores, “casos pessoais contra ou a favor de uma notícia, do autor de um artigo de opinião” (CASTANHEIRA, 2013: 9).

Na altura, o diretor do Exame Prévio era Mário Bento Martins Soares, com quem Marcelo Rebelo de Sousa (colaborador do *Expresso*) negociava todas as sextas feiras à noite, os cortes e suspensões efetuadas. Temas maiores tinham que ser discutidos com a dupla diretor geral e secretário de Estado - Geraldês Cardoso e Moreira Batista, respetivamente – moderados por Feytor Pinto. Os dois primeiros eram intransigentes – “diziam que não a tudo ou quase tudo” – e quando os temas eram considerados de “grande importância” o *Expresso* esperava que Geraldês Cardoso se ausentasse de Lisboa para tentar a concordância de Feytor Pinto” (CASTANHEIRA, 2013: 9-11).

“Um problema chamado Ultramar”, *visto* assinado por Francisco Pinto Balsemão que apelava a uma solução política para acabar com a Guerra Colonial é exemplo dessa técnica. “Depois de ter sido cortado na íntegra, acabou por ser autorizado umas semanas depois, por Feytor Pinto e ser publicado (...) quando Geraldês Cardoso se encontrava de férias” (CASTANHEIRA, 2013: 9-11).

A censura impiedosa desanimava os jornalistas e colaboradores, vítimas de cortes nos seus trabalhos, que faziam frequentemente a pergunta “Para quê? Para a Censura cortar?”. Francisco Pinto Balsemão refere que a pior situação que teve de resolver, no que a colaborações diz respeito, foi a de Sá Carneiro, autor do *visto* que aceitou escrever desde o nº 1 do Expresso.

“O "Visto" de Sá Carneiro foi incessantemente perseguido pela Censura, com cortes totais e com cortes parciais. Quando os cortes eram parciais, eu procurava ajuizar se, mesmo esquartejada, a prosa fazia sentido e, na afirmativa, publicava-a. O autor

concordava com esse critério, só que era mais exigente do que eu quanto aos casos em que a coluna podia sair apesar dos cortes. Como éramos muito amigos, discutíamos com grande à-vontade, mas as restrições acabaram por ser tantas que Francisco Sá Carneiro entendeu que não poderia continuar a assegurar uma periodicidade semanal. Combinámos então que o “Visto” passaria a ser partilhado comigo e com o Magalhães Mota e Miller Guerra, outros dois fiéis amigos do Expresso. Sá Carneiro passou, assim, a escrever apenas uma vez por mês, e esta solução quadripartida funcionou bem, embora com vários percalços provocados pela Censura, durante muito tempo” (CASTANHEIRA, 2013: 11).

Por vezes os artigos de opinião eram enviados para prova de página sem assinatura do autor, de modo a contornar o corte na medida do possível (o que sugere que Francisco Sá Carneiro era perseguido, nada mais natural uma vez que era deputado da ala liberal), mas o truque acabou quando “exigiram que tudo o que aparecesse assinado no jornal viesse também assinado nas provas remetidas a Exame Prévio” (CASTANHEIRA, 2013: 12).

Muito embora parte do arquivo das provas do Expresso tenha desaparecido, em “O que a censura cortou”, José Pedro Castanheira organiza e seleciona o material disponível, do qual destaco os *vistos*, por serem analisados nesta dissertação.

O *Visto* de 17 de fevereiro de 1973¹³, assinado por Francisco Sá Carneiro, intitulado “Assegurar um verdadeiro estado de direito”, foi publicado semanas após o autor ter resignado ao cargo de deputado, logo seguido de Miller Guerra, catedrático de medicina cuja resignação foi o mote do *visto* de 2 de abril de 1973¹⁴. Para evitar o corte, Francisco Sá Carneiro reproduziu um discurso seu, proferido na Assembleia Nacional, dois anos antes da publicação do *visto*. Os censores não estavam autorizados a interferir nos discursos proferidos na Assembleia Nacional e não puderam cortar nem uma palavra daquele *visto*.

Exatamente um mês depois – a 17 de março de 1973¹⁵ – o artigo de opinião de Sá Carneiro, intitulado “Quem é pela liberdade?”, foi preenchido com um anúncio falso “da revista Motor – um dos truques utilizados pelos jornais para assinalar aos leitores a intrusão da Censura” (CASTANHEIRA, 2013: 47). O *Expresso* só conservou uma das

¹³ *Expresso* nº 7

¹⁴ *Expresso* nº 14

¹⁵ *Expresso* nº 11

duas folhas das provas que mostram o corte da frase: “Seremos uma Nação em projecto ou um País submetido a um projecto”. A censura passou a ser menos tolerante com Francisco Sá Carneiro depois de este ter renunciado ao cargo de deputado, em rutura com o regime (CASTANHEIRA, 2013: 67).

O *visto* de 28 de abril de 1973¹⁶ foi novamente censurado. Com o título “O fim da Assembleia Renovada” terminava com uma bola preta, utilizada pela primeira vez, pelo *Expresso*, para sinalizar a extensão dos cortes.

A 23 de junho de 1973¹⁷, o 3º *Visto* assinado por Francisco Pinto Balsemão foi cortado na íntegra, sendo substituído por um discurso seu, proferido dois anos antes na Assembleia Nacional e publicado anteriormente no Diário das Sessões, ao qual deu o título de “Informação verdadeira e actuante”. O corte único e total foi de um texto intitulado “Ultramar – questão de coerência”, onde se podiam ler frases como “Em Aveiro, Tomar e Porto, nos três congressos deste ano, o tema Ultramar adquiriu, mais uma vez, grande e justificado relevo” e “a questão [do Ultramar] só pode ser resolvida de melhor maneira se e quando houver a liberdade para a discutir”. Na semana anterior – *visto* de 16 de junho¹⁸ – o texto “As correntes políticas em Portugal e a sua expressão institucional” sofreu 18 cortes (CASTANHEIRA, 2013: 94).

A página 8 do nº 44 do *Expresso*¹⁹ sofreu sete cortes em dois editoriais, assinalados por uma bola preta que se fazia ver do lado esquerdo do *visto* de Sá Carneiro, indicando cortes na página de opinião. “Eleições 73 – Escolha de eleitores” também não foi poupado, como sinaliza o anúncio publicitário utilizado pelo *Expresso* para preencher as lacunas que os cortes do Exame Prévio impunham – “*Expresso* – um jornal para saber ler” (CASTANHEIRA, 201: 167).

No nº 47²⁰, o *visto* não figurava nas páginas do *Expresso*. No seu lugar habitual foi colocado o anúncio “*Expresso* – o semanário dos que sabem ler”, pela primeira vez e em dimensões nunca antes vistas naquele espaço (CASTANHEIRA, 2013: 178). O mesmo

¹⁶ *Expresso* nº 17

¹⁷ *Expresso* nº 25

¹⁸ *Expresso* nº 24

¹⁹ 3 de novembro de 1973

²⁰ 24 de novembro de 1973

processo repetiu-se noutras publicações²¹. Igual método foi utilizado nos números 59, 60, 61 e 64 mas com outra publicidade: “tempo económico revista quinzenal”.

A 15 de dezembro de 1973²², e pela segunda vez consecutiva, o *visto* não é publicado. A substituí-lo, citações da legislação e de Moreira Batista. Na mesma página, a bola preta que conota cortes nos editoriais.

Das 58 publicações de que o *Expresso* manteve as provas de página, contam-se 290 cortes em 97 textos de opinião (CASTANHEIRA, 2013: 227). Muito embora não esteja discriminado o *visto* nestes números, sabe-se que se insere no grupo.

A coluna foi, “sem dúvida, a mais perseguida” (CASTANHEIRA, 2013: 227) e apesar do *Expresso* não ter conservado muitos dos textos que Francisco Sá Carneiro escreveu, Pinto Balsemão escreveu, no 1º aniversário do jornal, a 5 de janeiro de 1974 e num texto não submetido à censura, que nenhum *visto* escrito da autoria de Sá Carneiro “veio à luz na sua versão integral”. Com isso em mente partimos para a análise dos *vistos* publicados, censurados, cujos cortes poderemos apenas deduzir sem que nenhuma prova exista para lhes ‘contar a história’.

²¹ *Expresso* nº 47, 49, 51 e 52.

²² *Expresso* nº 50

A censura do *Visto*

Todos os vistos escritos por Sá Carneiro foram alvo da censura imposta pelo Exame Prévio da era marcelista. No primeiro número do *Expresso* em 1974, Francisco Pinto Balsemão tomou as rédeas do espaço habitual de Sá Carneiro com palavras que não foram apresentadas ao Exame e que informavam os leitores sobre a censura aplicada.

Na página oito do número 53 do *Expresso* pode ler-se que os textos de de Sá Carneiro haviam chegado “semana a semana” e no dia marcado, à redação mas que, por vezes, fora necessário colocar forçosamente, em seu lugar, discursos proferidos pelo ex-deputado na Assembleia Nacional. A censura a isso obrigava. O diretor garante que nenhum dos textos foi publicado sem cortes.

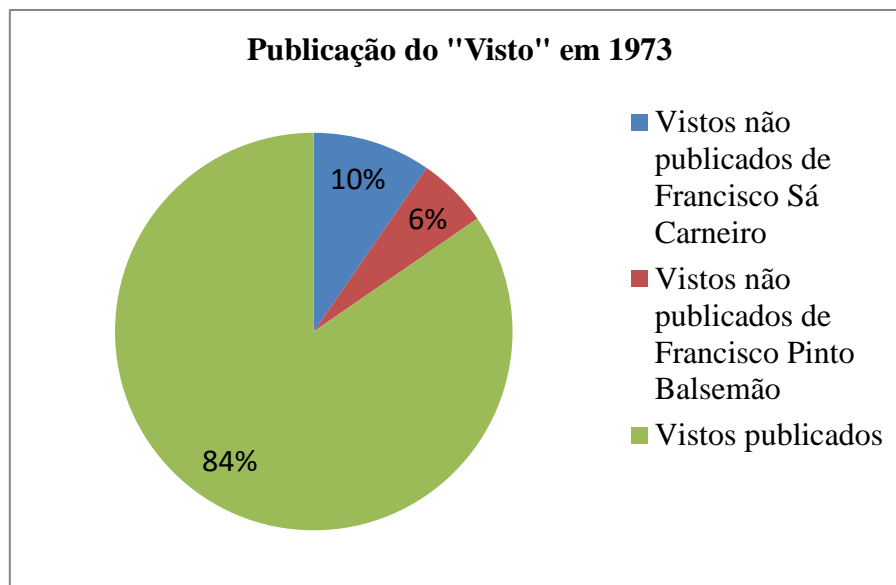
Durante um ano, Sá Carneiro fora titular único do *visto* sem que a sua colaboração falhasse excepto na altura da sua hospitalização. “Boa parte desses escritos não chegou a ser publicada (...) Nenhum dos que saiu veio à luz na sua versão integral” (BALSEMÃO, 1974: 8). A frustração de ver os seus textos dilacerados, fez com que Sá Carneiro sugerisse que o visto passasse a ser escrito em sistema rotativo, juntando-se-lhe Miller Guerra, Magalhães Mota e o próprio Balsemão.

A partir daí, o Exame Prévio continuou a acção censória e, de 5 de janeiro a 25 de abril, data que marca a queda do regime, sete números do *Expresso* foram publicados sem o espaço de opinião. Apenas um, em 16 números, foi escrito por Sá Carneiro.

Ainda em 1973, já no mês de dezembro, nenhum *visto* foi publicado, havendo sido cortados quatro artigos na íntegra. Três deles foram substituídos pela publicidade “*Expresso* o semanário dos que sabem ler”²³; um outro viu o seu espaço ocupado pela “Legislação da Imprensa - Secretário de Estado de Informação e Turismo - dr. César Moreira Baptista - 26 de maio de 1972”²⁴.

²³ *Expresso* nº 49; nº 51 e nº 52

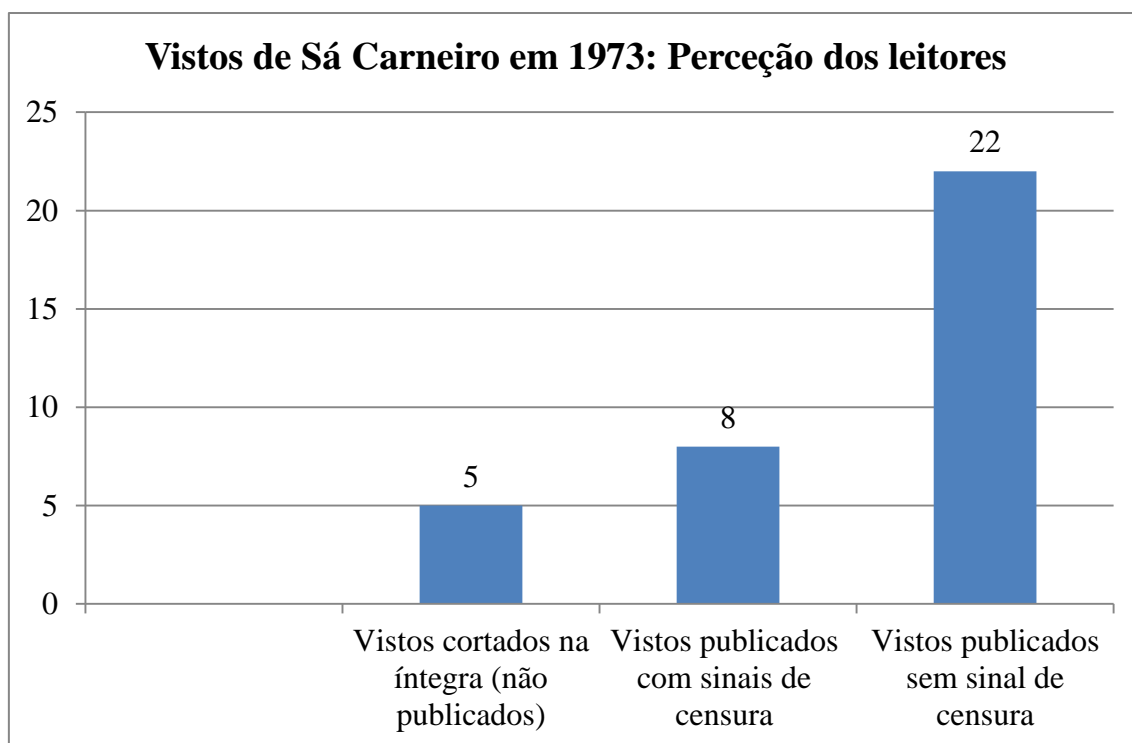
²⁴ *Expresso* nº 50



Os *vistos* do *Expresso* nº 17, 19, 20, 44 e 48, muito embora tenham sido publicados, tinham sinais de censura visíveis, nomeadamente e respetivamente a bola preta, a bola cinzenta, uma transcrição do Diário das Sessões na totalidade do artigo, a publicidade “Expresso um jornal para saber ler” e um discurso proferido na Assembleia, introduzido no artigo, não perfazendo a sua totalidade.

Note-se que esse mesmo discurso havia sido publicado no *visto* 18 mas não tinha sido assinalado, logo a sua censura não era perceptível. Note-se também que, apesar dos *vistos* nº 20, 21 e 22 constituírem transcrições de discursos na Assembleia, os excluimos do grupo “sinais de censura”, tendo em conta que o público teria conhecimento do acidente de Sá Carneiro e, por isso, tivesse consciência de que não era este que escrevia²⁵. O *visto* nº 20 está incluído devido à utilização do grafismo bola cinzenta.

²⁵ Escreveu Balsemão no *visto* nº 23: “Porque se interessou de tal modo o público pelo seu estado de saúde, logo a seguir ao acidente de viação, a sua vida estava em perigo, ao ponto do serviço de noticiário do Rádio Clube Português ter transmitido o seu boletim médico antes de qualquer informação nacional ou internacional?”



Os *vistos* nº 4, 5 e 45 continham repetições de frases que assumiremos como indicador de censura para preenchimento e, nesse sentido, perceptíveis ao leitor.

Visto nº 4	Repetição de um parágrafo inteiro: "O compromisso entre soluções socialistas e soluções liberais caracteriza a política dos nossos dias em alguns países ocidentais".
Visto nº 5	Repetição de um parágrafo inteiro: "Eis uma forma de participação possível, não na vida política mas no exercício do autoritarismo".
Visto nº 45	- Repetição da frase: "e de ela aparecer e de se impor, pois até agora não passou de declarações oficiais e do vago enquadramento constitucional e jurídico."

Os cortes do *visto* nº 2 são perceptíveis em comparação com a publicação do mesmo artigo no livro "Textos" de Sá Carneiro (CARNEIRO, 2010). Para além do título – que originalmente era "Atenta, veneradora e obrigada" (referindo-se à Assembleia Nacional) – grandes trechos do texto foram proibidos. As informações contidas nesses trechos, não

foram englobadas na análise, na medida em que não poderiam ser apreendidas pelo público, logo não se inserem no modelo *two-sep flow*.

O *visto* nº 9 foi notoriamente mais pequeno que os anteriores. Surgiu acompanhado de um cartoon que, muito embora não se insira no espaço do *visto*, se insere num espaço adjacente onde não se haviam vislumbrado cartoons antes. Tal pode denotar uma ação censória ampla e que exigiu o preenchimento de espaço, naquela página, com uma imagem.

A secção do *visto* nº 11 incluiu a publicidade falsa “Leia motor”. Uma das provas de página guardadas pelo *Expresso* revela o corte da frase “~~Seremos uma Nação em projecto ou um País submetido a um projecto~~”(CASTANHEIRA, 2013: 67).

A mesma técnica foi utilizada no visto nº 44, que se segue imediatamente às eleições, e contém a publicidade “Expresso um jornal para saber ler”.

Análise do *Visto* – categorização

Após uma leitura atenta de todos os textos, da autoria de Francisco Sá Carneiro, procedeu-se a uma categorização dos temas mais abordados. A categorização foi intuitiva e teve em conta o ênfase e o enquadramento dado na notícia. No total foram apuradas dezanove categorias, observadas em vários números do jornal, dispostas na seguinte tabela por ordem decrescente de frequência.

Categorias
Liberdade
Assembleia Nacional
Forças Policiais
Governo
Autoritarismo
Continuidade/Progresso
Direitos
Portugueses
Mundo
Eleições
Constituição
Estado de Direito
Censura
Poder
Economia
Ultramar

Liberdade

Esta categoria foi a mais observada. Todas as formas de liberdade foram abordadas por Sá Carneiro: a física, de pensamento, expressão, reunião, associação, política, de opinião, de culto, religiosa, jurídica, da pessoa, da imprensa, do ensino e sindical. De facto, o tema é preponderante logo no primeiro *visto* publicado, intitulado de “Porquê?” e que se revela uma explicação do intuito do espaço. Nesse artigo, Sá Carneiro expõe, entre outros aspectos (a serem abordados na categoria em que se inserem), dúvidas quanto à liberdade do próprio *visto*, antevendo a acção censória.

“Resta saber se de uma tentativa de participação política algo se colheu que permita ao responsável por esta coluna formular semanalmente, com um mínimo de interesse, um visto crítico sobre os acontecimentos políticos nacionais.

Pessoalmente tenho sérias dúvidas quanto a esse ponto (...)” (CARNEIRO, 1973: 8).

Volvidos quase dois meses, no artigo intitulado “Prove que é livre” Sá Carneiro menciona uma publicidade comercial que se encontrava “a cada canto”, com o desafio que dá nome ao artigo. Começa o autor por escrever que:

“Falar de liberdade, num país livre, deixa as pessoas simplesmente indiferentes. Mas quando dela se não goza é constante o interesse por tudo quanto à liberdade respeita. Não surpreende, pois, que a publicidade comercial recorra ao vivo interesse dos portugueses pela liberdade (...)” (CARNEIRO, 1973b: 8).

Neste primeiro parágrafo o autor alude para o facto de os portugueses não serem livres e prossegue ao colocar a questão:

“Poderemos corresponder ao repto? Se o tentarmos não estaremos a demonstrar que a nossa liberdade é assim tão pouca?”. Isto porque o imperativo da publicidade, formulado como um desafio, assenta na premissa de que “ser livre” exige prova e é algo que pode ser fortemente contestado.

Esta foi a primeira vez que Sá Carneiro utilizou a primeira pessoa do plural, juntando-se ao leitor e aproximando-se do mesmo, prossequindo no artigo com referências à aparência de liberdade e ao prenúncio da Primavera Marcelista. A existência do próprio Expresso, a realização do Congresso da Oposição Democrática ou “a eventual disputa das próximas eleições são tomadas como provas de liberdade (...)” especialmente se “vistos

do exterior”. Se “Valerá a pena?” responde com a certeza de que a falta de liberdade já havia sido suficientemente comprovada para que fosse possível aceitar “honestamente” tentar prová-la.

Por ter sido referenciada somente uma vez, a “liberdade sindical” merece destaque. Foi parte integrante de um ‘Visto’ escrito antes da campanha eleitoral, mas publicado depois desta findar. Nele se destacam frases como “a ditadura tem razões que a democracia desconhece”, sendo um texto marcado por acusações de mesmice ao país, estabelecendo uma relação com o salazarismo e com a economia que, sem democracia política, nunca poderá ser democrática, “rejeitando até a liberdade sindical e o direito à greve, meio de correcção e de progresso do próprio sistema capitalista por ele aceites há muito” (CARNEIRO, 1973c: 10) (Carneiro, Textos. 2º volume (1973 - 1974), outubro 2010).

Assembleia Nacional

Esta categoria verificou-se tantas vezes como a que lhe antecede. A Assembleia Nacional foi fundada em 1933 e extinta na manhã de 25 de abril de 1974. Era o mais próximo de um Parlamento que Portugal possuía, mas um parlamento subalterno. No Estado Novo de Salazar, o poder estava concentrado no executivo, que adquiriu “a qualidade de órgão legislador normal a par da Câmara Legislativa” (CARNEIRO, 1973c: 10). Foi assim também com Marcelo Caetano. Ambos mantiveram a Assembleia Nacional dependente do regime, comprometendo a independência do órgão.

Sá Carneiro fez parte da câmara de deputados antes da renúncia, publicada em Diário das Sessões²⁶ e tinha vivido as limitações do órgão. O autor dos *vistos* fora um dos 30 políticos, adeptos da liberalização do regime do Estado Novo, a formar a Ala Liberal, cujo principal objetivo era desenvolver projetos que mudassem gradualmente o regime autoritário, através da revisão da Constituição. Porém as iniciativas legislativas da Ala Liberal saíram logradas e Francisco Sá Carneiro demitiu-se, em rutura com o Regime e com o intuito de começar a formar parte da oposição (História de Portugal, 2015).

O *Diário Popular* publicou, no dia 27 do mesmo mês, uma notícia onde dava conta da renúncia de Sá Carneiro e apontava, como razões do deputado, a impossibilidade de “continuar a exercer o seu mandato sem quebra da sua dignidade, e, ainda segundo ele, por não existirem condições mínimas e eficazes de actuação política”. A notícia refere seis projectos-lei recusados “nos dois meses transactos, o último dos quais sobre a amnistia de crimes políticos reputado pela Comissão Política de “gravemente inconveniente”” (CARNEIRO, 2010: 7).

Ao longo das publicações, Sá Carneiro fez várias referências à Ala Liberal, à diversidade necessária enquanto qualidade parlamentar, a diversos projectos-leis apresentados e diplomas ultrapassados. Mas foi na falta de poder da Assembleia e dos Deputados que mais se centrou.

O *visto* nº 2 tinha como título “Atenta, veneradora e obrigada”, referindo-se à Assembleia Nacional mas foi fortemente censurado e passou a intitular-se “Parlamento, paz e impostos” (CARNEIRO, 2010: 17). Os cortes verificaram-se no livro “Textos” (2º volume), de Sá Carneiro e é um exemplo de de como a censura alterava o sentido dos

²⁶ Diário das Sessões nº 209, de 1 de fevereiro de 1973

textos que examinava previamente. Neste caso concreto, o título altera o foco do leitor, que percepção a questão da tributação como tema principal, e não a sua aceitação por parte da Assembleia.

A expressão também foi cortada no texto, no seguimento da exposição de um caso de 1945, relatado pelo professor de Direito Constitucional de Sá Carneiro, em que a Assembleia rejeitou uma proposta que ampliava os seus poderes “minorando a restrição da iniciativa legislativa quando os projectos implicassem diminuição de receita ou aumento de despesa.

Mas a Câmara, encabeçada por dois deputados que ainda o são, declinou o aumento de poderes”. ~~Atenta, veneradora e obrigada.~~”(CARNEIRO, 1973d: 8).

No quarto *visto* publicado enumerou vários projetos-lei que encontraram obstáculos na Assembleia e que não foram discutidos, mas afastados pela maioria soberana (a A.N.P.), por serem “considerados inconvenientes”, como o da liberdade de reunião, liberdade de associação, e outro relativo à amnistia de crimes políticos e infracções disciplinares (CARNEIRO, 1973e (Carneiro, Visto - Eleições 73 (I), 1973f): 8).

No seu regresso ao *visto*, após um acidente de viação, centra-se na inutilidade das eleições e apelida a Assembleia de subalterna, com papéis e funções que foram minimizadas “ao longo das várias revisões constitucionais. Sujeita a dissolução pelo Chefe de Estado (...) funcionando essencialmente como órgão de projecção pública da política do Governo, como expressão de anseios regionais, como câmara de registo de figuras e de efemérides” (CARNEIRO, 1973f: 10)

De destacar que, tendo consciência das limitações da Assembleia Nacional e sendo ex-deputado, utilizou o espaço de opinião para louvar a resistência e a assiduidade dos ex-colegas, mas principalmente para os desculpabilizar, frisando que a participação era impossível e se não se havia concretizado em mudanças não havia sido por falta de tentativa ou de capacidade dos seus defensores.

“Perante aquilo que referimos como participação impossível há sempre quem pense que a culpa foi dos participantes e não do sistema; quem julgue que aqueles não usaram do tacto e da habilidade que seriam necessários, que não tiveram a paciência, a actividade e o ânimo que seriam indispensáveis.

Haverá certamente quem se julgue fadado e especialmente dotado para levar a cabo, com eficácia, as reformas que os outros não lograram; e talvez os neoparticipantes tenham as qualidades que terão faltado aos seus antecessores.

Poderão ter existido todos ou muitos dos defeitos apontados, mas não esteve neles a razão da rejeição que tornou a participação impossível. Bastaria que as actuais instituições funcionassem livremente para que se iniciasse a liberalização” (CARNEIRO, 1973b: 8).

Forças Policiais

A temática “Forças Policiais” é a segunda mais observada e nela se inserem as várias referências às forças policiais, aos crimes políticos e infracções disciplinares, à prisão, ao regime e sistema policial, à Direcção Geral de Segurança (PIDE), ao receio da desordem e ao bem comum ideal, colectivo e supremo (utilizados como justificativa de um regime preventivo²⁷), assim como à segurança e ordem exigidas pelo governo. Dentro da categoria também se observam referências à injustiça, violência e aos abusos de liberdade que Sá Carneiro entende dever serem castigados, mas de uma forma diferente.

Semanas após a resignação de Francisco Sá Carneiro do cargo de deputado foi publicado um ‘visto’ que consistia numa transcrição de discurso proferido pelo próprio na Assembleia Nacional, a 24 de junho de 1971, dois anos atrás. A técnica de preenchimento do espaço era utilizada para contornar a censura (que se tornou mais rígida com os textos do semanário após a renúncia de Sá Carneiro) evitando a acção dos censores, que não estavam autorizados a cortar os discursos após publicação no Diário das Sessões (CASTANHEIRA, 2013: 7).

O discurso centra-se na falta de influência dos deputados e do cidadão, “desarmado frente ao Poder” e evidencia as liberdades, reconhecidas em princípio mas negadas na prática, fazendo referência aos diversos mecanismos utilizados pelo Governo para as amputar e à opressão que deles resulta.

“Liberdade de expressão com apreensões administrativas, censura, autorização e caução prévia não adianta.

Liberdade de reunião e de associação quando e para o que o Governo entender, não resulta.

Liberdade física com possibilidade de prisões prolongadas e incontroladas judicialmente e de interrogatórios sem a presença de defensor, não é garantida.

Liberdade política sem projecção efectiva e sem instrumentos de exercício não passa de ilusão.

O Governo nisto vê, sobretudo, a segurança da sociedade que comanda.

Eu sinto a insegurança da pessoa oprimida (...)” (CARNEIRO, 1973g: 8).

²⁷ “Não há, pois, um bem comum que possa legitimar a supressão da liberdade da pessoa” in Carneiro, F.S. (27 de janeiro de 1973). A política dos nossos dias. *Expresso* 4, p.8.

Pela primeira vez é feita uma referência à PIDE/DGS, considerada tema tabu (CASTANHEIRA, 2013: 77): “todo um sistema policial preventivo” que visava negar os “direitos das pessoas”, mecanismo de opressão poderoso do Regime.

Sá Carneiro acusa o instaurado regime preventivo “característico, como se viu, do Estado Policial, em que, a propósito de prevenir os abusos da liberdade que alguns poderiam cometer, se reprime a efectiva liberdade de todos.

É a censura, são as autorizações policiais, as permissões governamentais, as longas e incontroladas prisões preventivas, as penas administrativamente impostas, as medidas de segurança ilimitadas (...).”

Sá Carneiro segue defendendo um sistema repressivo, no qual haja liberdade sim, mas com castigo para aqueles que abusem dela, postura que se voltou a verificar noutras publicações.

A ideia é reforçada novamente com o visto nº 19, onde deprecia o regime preventivo, com o qual “procura evitar-se e não só punir-se, o abuso da liberdade pela antecipada limitação desta”, acusando o regime de, com “medo do abuso”, limitar o uso “para tranquilidade do poder, já que, onde liberdade não há, abuso dela não pode haver” (CARNEIRO, 1973i: 10).

Governo

O enquadramento mais observado desta categoria foi um de promessas não cumpridas (numa alusão à Primavera Marcelista) bem como um de segurança inabalável do Governo.

A propósito do 3º Congresso da Oposição Democrática, Sá Carneiro lembra que o II Congresso de Aveiro, realizado poucos meses após Marcelo Caetano substituir Salazar, “teve lugar num contexto diferente do actual: esperava-se a liberalização e a institucionalização da vida política que ela possibilitaria. Actualmente essas esperanças desvaneceram-se (...)”(CARNEIRO, 1973j: 8). Numa outra ocasião, com as eleições para a Assembleia Nacional como tema central, relembra o clima político de 1969, que “era de esperança e de expectativa”, com uma campanha eleitoral conduzida pela União Nacional que assentava na promessa de “reformas da liberalização e do pluralismo político (...) numa legislatura em que se iria rever a Constituição”. Sá Carneiro escreve que, “pareceu efectivamente que em S. Bento surgiria vida nova (...) vitalidade promissora, que deu à Câmara, durante alguns meses, aspecto de verdadeiro parlamento” mas conclui que “não obstante todas as expectativas e esperanças”, se impõe “a uniformidade de um apoio sistemático e exclusivo ao Governo” de uma maioria “que a si própria se intitula de esmagadora” (A.N.P, que substituíra a União Nacional) (CARNEIRO, 1973k: 8).

Após as eleições, termina um texto com mais uma referência à segurança inabalável do Governo, uma vez que as oposições só poderiam surgir quando as forças políticas pudessem “todas, manifestar em igualdade e equitativamente disputar eleições (...)”, vaticinando que, até lá, a A.N.P. continuaria “só em campo” (CARNEIRO, 1973c: 10).

Autoritarismo

A temática manifesta-se em referências ao Estado Totalitário, ao autoritarismo do regime, à opressão, ao Fascismo, Nazismo e ditaduras europeias.

No 43º *visto* - escrito antes do final da campanha eleitoral mas publicado quando esta já havia terminado - Sá Carneiro incita à reflexão (como, de resto, o título deixa adivinhar), acusando o regime de ser politicamente autoritário e intervencionista. As eleições da Assembleia Nacional não dependem do Regime, acusa, no entanto este a elas se encontra ligado, optando por nelas interferir e revelando-se “autocrático de concentração de poderes”. Os ataques continuam com Sá Carneiro a destacar que o Regime reivindica o controlo de tudo através da sua intervenção directa “por isso é que os candidatos da A.N.P. não apresentam sequer programa próprio (...) O seu programa é o do Governo. Dele a sua posição. A eles pertencem os votos que os designaram deputados” (CARNEIRO, 1973k: 8).

Numa publicação posterior, o cronista define o Totalitarismo como um regime em que a supressão de liberdades resulta no Homem “formado, orientado, determinado, até ao seu íntimo pelo Estado”, não lhe restando outra opção que não a de “colaborar no grandioso projecto que lhe é imposto como seu supremo bem; nada há fora do Estado, a pessoa desapareceu, resta o colaborador”(CARNEIRO, 1973l: 10). As informações encontram-se nos últimos 14 parágrafos do *visto*, uma repetição de um texto que já havia sido publicado no nº 18 do *Expresso*, a 5 de maio do mesmo ano.

Deduz-se, da repetição, uma acção censória profunda que exigiu o preenchimento, de última hora, do espaço vazio com uma transcrição já publicada.

Do texto novo, destaque para uma citação do historiador Manuel Lucena democrata e anti-fascista que, após o exilamento em Roma, Paris e Argel, por oposição ao Estado Novo, regressou à vida política a convite de Sá Carneiro, no final da década de 1980, para participar na campanha eleitoral da Aliança Democrática, partido que o último liderava (Diário de Notícias, 2016):

“Porque isso repugnava à tradição cristã e porque isso não convinha à iniciativa privada, Salazar e Marcello nunca foram pelo totalitarismo do Estado. Nesse sentido o regime não foi totalitário. Paradoxalmente poderá vir a sê-lo através da «liberalização»”(CARNEIRO, 1973l: 10).

Continuidade/ Progresso

Ao longo das várias publicações do *Expresso*, Sá Carneiro pontuou os *vistos* com referências à continuidade, enquadrando-a sempre como um entrave ao progresso e conotando-a com a informação de que nada havia mudado desde o Salazarismo, apesar das promessas de Marcelo Caetano. A temática foi abordada em dezasseis textos distintos, enquadrada como uma “garra imobilista e paralisante” que atacava todos os sectores da sociedade e que impossibilitava as reformas políticas e sociais necessárias (CARNEIRO, 1973m: 8).

Noutra ocasião em que aborda os aspectos políticos da reforma penal, Sá Carneiro acusa a necessidade de reforma da lei penal “numa sociedade que não soube ou não pode levar a cabo uma reforma política e que, por isso mesmo, terá de realizar as suas reformas sociais e económicas com enorme atraso” (CARNEIRO, 1973n: 10). No mesmo texto expressa o seu descontentamento para com a prorrogação da pena que, a seu ver, não passa de uma substituição das medidas de segurança de internamento: “Abolidas, por um lado, elas ressurgem por dois outros: a prorrogação da pena e a pena indeterminada”. O artigo termina com a transcrição parcial de um discurso na Assembleia Nacional proferido “por antigo deputado” – ele próprio:

“«(...) Nesses casos excepcionais é que poderiam justificar-se, para os delinquentes comuns, medidas terapêuticas de recuperação social. Mas nunca a prorrogação da prisão até seis anos, castigo de carácter puramente intimidativo (...) é inadmissível para os delitos comuns, a sua aplicabilidade aos crimes políticos é simplesmente inconcebível. (...) Se assim não fosse ficaria em grande parte frustrada a aplaudida abolição das medidas de segurança; ter-se-ia previamente tirado muito do que parecia dar-se».

Assim foi, e assim continuará a ser” (CARNEIRO, 1973n: 10).

Num outro *visto* em que aborda o Estatuto do Trabalho Nacional volta a fazer o mesmo enquadramento, terminando com a frase: “Eis o que do passado se quer continuar a projectar sobre a Nação, com sabor de novidade” (CARNEIRO, 1973h: 11).

Relativamente à atuação na Assembleia e ao pluralismo político, “base das instituições políticas das democracias ocidentais”, remete novamente o leitor para um cenário de promessas quebradas: “Houve quem acreditasse no pluralismo prometido e

iniciasse uma tentativa²⁸ autêntica (...) Do pluralismo já não se fala, a não ser para o condenar” (CARNEIRO, 1973o: 8).

²⁸ de participação

Direitos

Os direitos dos portugueses foram enunciados por diversas vezes no espaço de Sá Carneiro. O direito à liberdade, os direitos fundamentais e reconhecidos constitucionalmente, os direitos políticos e de livre expressão, o direito à defesa, o direito do trabalho de modo a combater condições desumanas²⁹, os direitos religiosos e os do cidadão.

Numa das publicações onde o tema foi mais aprofundado, Sá Carneiro acusa o Governo de querer “comprometer-se o menos possível em soluções constitucionais referentes aos direitos individuais” uma vez que, “sendo elas definitivas e eles o mais relevante limite ao seu poder político” daí resultaria uma “efectiva restrição à livre actuação do poder governamental”.

«Têm medo: conhecem que o povo ilustrado, cónscio dos seus direitos, sabendo que é Justiça, Razão e Direito lhes pediria contas» - Prosas Esquecidas, 11, 39” (CARNEIRO, 1973m: 8).

²⁹ “imposição de um ritmo desumano de trabalho”, in Carneiro, F.S. (24 de março de 1973). Democratizar ensinando... *Expresso* 12, p.8.

Portugueses

No seu primeiro *visto*, Sá Carneiro dirige-se aos leitores para lhes explicar o porquê do espaço, fazendo forte referência à falta de liberdade, à censura mas também ao desinteresse dos portugueses que foram “amodorrados ao longo de decénios de ordem exterior, não levando a aventura mais longe do que o totobola ou o crédito, ou a bolsa, conforme as poses” (CARNEIRO, 1973: 8). Note-se que esta frase, de carácter altamente crítico, abrange todas as classes – baixa, média e alta – sem distinções. É a primeira vez que Sá Carneiro atribui culpa aos portugueses enquanto leitores e eleitores, classificando o seu desinteresse como “previsível”.

“(…) corresponderá o público?

Só ele poderá dar a resposta. Mas não é difícil prever que nela virá uma grande ausência. (...) interessará a uns quantos, poucos e quase sempre os mesmos”.

Mas não será a última.

A propósito da elevada taxa de emigração (um décimo da população em 10 anos), escreve que “mesmo nos povos mais conformistas a paciência tem limites” (CARNEIRO, 1973m: 8), enquadrando Portugal como uma das nações que mais resignadamente aceita sem questionar.

Quando aborda a questão da censura com foco na Assembleia e na falta de informação que existe sobre o que lá se passa, o deputado escreve sobre o Diário das Sessões – supostamente a ata das sessões plenárias, lido por um número “ínfimo” de portugueses (praticamente somente aqueles que assinam o Diário do Governo que distribui o Diário das Sessões gratuitamente), e acusa: “já é reduzido o número de portugueses que lê jornais” (CARNEIRO, 1973p: 8).

Criticando o apoio dos portugueses ao regime, acusa-os de adestrados, pouco cultos e com medo da mudança:

“Alertadas pelo estrépito inusitado das oposições, desabitadas da luta política, adestradas por uma longa propaganda a identificar críticas e divergências com traições, privadas de informação mas treinadas por uma constante deformação noticiosa, lideradas pelos políticos locais, as massas mais conservadoras e as menos cultas, ou seja a dita maioria silenciosa, pesando embora algum tanto a liberdade, tenderão a apoiar consciente ou inconscientemente, o regime no poder.

Neste contexto o receio da desordem, sempre explorado, será inevitavelmente mais forte do que o desejo de liberdade, do que a consciência das injustiças, do que a reacção contra as carências económicas, do que o anseio de progresso social” (CARNEIRO, 1973q: 10).

No entanto, Sá Carneiro também se dirigiu aos portugueses para lhes incitar atitude e demonstrar-lhes o poder que tinham se vencessem essa conformidade de que já os havia acusado. Mostrou-lhes que, mesmo no que à Assembleia dizia respeito, detinham grande poder, uma vez que um deputado sequer se podia propôr ou desistir de uma candidatura, somente os eleitores o podiam fazer por ele. No mesmo texto, apelou à luta pacífica por um reverter da situação opressiva que se vivia no país:

“Eis uma última linha de reflexão.

Creio que é necessário lutar pelas reformas profundas de que carecemos através de uma acção pacífica, lícita e persistente, mediante a qual se procure pôr a nu as injustiças da actual situação, sem que o uso dos escassos meios de acção de que se dispõe implique a coonestação de uma situação de opressão, antes a denuncie como tal.

Só uma minoria, hostil ao progresso político, social e económico de que carecemos, aproveitaria com a violência revolucionária, que a não atingiria mas na qual encontraria novos argumentos para o reforço da repressão, visando manter-se intransigentemente no gozo da sua posição privilegiada” (CARNEIRO, 1973c: 10).

Anteriormente já havia escrito que “o Estado está ao serviço da pessoa” (CARNEIRO, 1973r: 8); e no 19º *visto* (uma transcrição de um discurso proferido na Assembleia a 16 de junho de 1971) afirma que “não há Portugal sem portugueses: toda a nossa história é de homens e não de pedras (...) Todo o sentido da nossa marcha histórica, desde a Reconquista aos Descobrimentos, desde a Restauração à República, é a busca de uma melhor realização para os portugueses. São eles, os do passado e os do futuro, que constituem a Pátria” (CARNEIRO, 1973s: 10).

Relativamente ao método de eleição do Presidente da República (e consequentemente do Chefe do Governo, através de quem exerce os seus poderes de soberania) menciona que é um desrespeito da “soberania popular”, transformando o regime numa autocracia. Observa Sá Carneiro que numa “concepção democrática do poder, o cidadão é o elemento político essencial; a sua escolha é que legitima os detentores do poder político” (CARNEIRO, 1973f: 10).

Mundo

Foram várias as comparações que Sá Carneiro fez entre Portugal e o resto do mundo, relativamente à política, ao funcionamento de órgãos como o Parlamento e a Assembleia e até mesmo ao sistema de ensino. As referências a realidades externas a Portugal foram visíveis num número significativo de *vistos*:

No 4º *visto* alertou para o que acontecia “na maior parte da Europa” e “em alguns países ocidentais” - um “compromisso entre soluções socialistas e soluções liberais” - sendo que o fascismo e o nazismo haviam sido o resultado político de “um capitalismo exacerbado” (CARNEIRO, 1973e: 8).

Na oitava publicação do *Expresso* relata a visita do presidente da Câmara dos Deputados do Brasil – Pereira Lopes - à Assembleia Nacional, a quem apelida de “ilustre”, relatando que este “não adoptou o tom dos oradores que o antecederam” e estava consciente dos problemas “das nossas instituições políticas”, das “realidades e dos problemas da Câmara”, da “preponderância” do executivo, do regime jurídico a que estavam “sujeitas as liberdades públicas” e das “divergências acerca do papel da Assembleia”. O discurso do deputado mereceu “uma salva de palmas” e dele Sá Carneiro achou por bem transcrever um parecer dirigido à Assembleia Portuguesa:

“‘Creio’, afirma ele, ‘que legislar é uma arte política que escapa à competência da tecnocracia e que, conseqüentemente, nenhum parlamento pode transformar-se em mero ofício de registo dos actos do Governo, sem influir em nada, nem na elaboração das leis, nem na formação dos quadros políticos’.

Sem poder de legislar, sem efectivo desempenho do poder legislativo, o papel político do parlamento fica reduzido a simples aparências. Função que não se exerce, lembra-o a seguir o deputado brasileiro, implica órgão que se atrofia” (CARNEIRO, 1973t: 8).

Note-se aqui o pormenor de iniciar a citação de um terceiro, com o verbo na primeira pessoa.

No *visto* nº 11 escreveu sobre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o seu desejo de estabelecer relações internacionais com “qualquer país”. Mencionou um discurso do próprio em África, onde frisou que “divergências políticas e ideológicas” não impediam “relações normais com as várias Nações” e aproveitou para insinuar que esse era o

caminho “para novos e mais largos rumos, acertando a nossa marcha pelas Nações mais dinâmicas e progressivas, fortes de si, que, por não temerem contaminações ideológicas nem ataques insidiosos, mantêm relações internacionais com todos os Estados; fazem-no sem quebra de interesses, antes numa linha da sua defesa actualizada e lúcida” (CARNEIRO, 1973h: 8). Note-se que neste parágrafo, Sá Carneiro considera Portugal um país fraco, com medo, desatualizado e burro³⁰, na medida em que o exclui dessas Nações, considerando o país atrasado em relação às mesmas. Segue o autor escrevendo que, na realidade não falta a Portugal “nesse campo, uma longa tradição de abertura teórica” (ênfase na utilização da expressão “teórica” que implica não praticidade).

³⁰ (Antónimo de lucidez = burrice) Círculo de Leitores. (2007). *Dicionário Houaiss Sinónimos e antónimos*. Rio de Mouro: Instituto António Houaiss (edição portuguesa - Círculo de Leitores).

Eleições

As eleições de 1973 para a Assembleia Nacional mereceram especial destaque nos *vistos* de Sá Carneiro. Antes sequer da campanha eleitoral ter começado, o cronista classificou a disputa das eleições como “eventual” (CARNEIRO, 1973b: 8), implicando que eleições haveria, mas que a sua disputa era algo incerto e, assim sendo, qual o seu propósito?

Também acusou a autorização do 3º Congresso da Oposição Democrática, por parte do governo, de ser um “sinal posto alto de liberdade”, como “bandeira de resposta às críticas ao regime”, naquele que (frisou mais do que uma vez) era “ano eleitoral”. Ainda relativamente ao congresso e no mesmo texto, ironiza: “dir-se-á: «vejam, aí estão os oposicionistas livremente activos, preparando, em Congresso autorizado pelo Governo, as livres eleições de 1973. Quem sabe até se serão mais livres que as mais livres, mais concorridas que as mais concorridas?»” (CARNEIRO, 1973j: 8). A autorização interessava ao Governo porque, nesse ano de eleições, escreve Sá Carneiro novamente, interessava obviamente uma definição de oposições, sendo que era “uma das «liberdades» do regime, dele beneficiando seguramente” (note-se o uso das aspas em liberdades, dando-a como uma expressão e não uma realidade).

Quanto mais se aproximava a data da ida às urnas, mais o ex-deputado abordava a temática, com *vistos* que lhe eram inteiramente dedicados. Exemplos disso são os títulos “Eleições 73 (I)”; “Vantagens e desvantagens da participação eleitoral”, “O voto e o ultramar”; “Eleições 73 (IV) Reflectir” e, posteriormente às eleições, “Eleições 73 Escolha de eleitores”.

No primeiro (CARNEIRO, 1973f: 10) (que marca o seu regresso ao espaço após um período de convalescença em que os *vistos* foram assumidos por Francisco Pinto Balsemão) implica que o voto português não tem “verdadeiro significado político” porque, “na realidade o sufrágio que o regime acolheu como modo de legitimação esteve sempre desacompanhado dos seus pressupostos essenciais”, sendo que esses pressupostos são, como o texto mostrará, liberdade e consciência. Ainda assim, a única eleição por sufrágio direto (que é a para a Assembleia Nacional), que de si é única e por isso pouca, não está assegurada, isto porque o Governo “por simples vontade” pode realizar

alterações desse foro, tamanho é o seu poder. “Isso mostra bem até que ponto tudo, na eleição, depende do Governo”.

Note-se a desconstrução que Sá Carneiro faz, de modo a mostrar ao leitor que as eleições, onde supostamente o poder de escolha está concentrado no eleitor, no cidadão, serem, em tudo, dependentes do Governo. Assim sendo, o cidadão não tem realmente poder algum. Ainda para mais quando a Assembleia Nacional perdera funções “ao longo de várias revisões constitucionais (...) Só isso reduz o interesse e a importância da eleição”.

Note-se igualmente a sequência de informações que leva à reflexão de que as eleições são de facto insignificantes, pois se as únicas que se realizam são para eleger um órgão de poder subalterno e sujeito a dissolução pelo Chefe de Estado.

Sá Carneiro aborda igualmente a questão, não do ato eleitoral quanto ao seu fim, mas do ato eleitoral em si, nomeadamente no que respeita à anulação das liberdades, que não possibilita um voto autêntico, na medida em que este é uma expressão da liberdade, citando Oliveira Salazar:

“«As liberdades que mais interessam à vida política são: a liberdade de Imprensa, de reunião e de associação. Estão inscritas na Constituição em termos correntes, mas o seu exercício está sujeito a condicionamentos que na prática limitam o seu campo de utilização. Isso faz crer a alguns que não há liberdade em Portugal» - Oliveira Salazar, Discursos, IV, 363.

Não havia nessa altura e continua a não haver”.

Conclui então que “sem garantias reais de liberdade física e sem efectiva liberdade de expressão, de reunião e de associação não há, não pode haver, liberdade política.

E sem ela o sufrágio é vão. Não traduz uma escolha, pois para ela não existem os meios.

Será inevitavelmente uma mera consagração de quem detém o exclusivo da política. Daí o carácter plebiscitário que o sufrágio tende a assumir nos regimes autoritários”

Esta ideia, exposta no início, foi aprofundada ao longo do texto, com exemplos e argumentos. Este tipo de construção denota uma preocupação em justificar aquilo que foi inicialmente dito, de modo a apresentar ao leitor as bases da sua opinião, bem como

rebatendo argumentos utilizados por posições contrárias à sua. Fator importante na discussão que, de acordo com a teoria do *two-step flow*, a informação explicada irá suscitar.

Num texto dividido por tópicos, destaca-se o último – “A importância das eleições” – onde Sá Carneiro prepara uma tendência de incentivo à abstenção que se irá intensificar nos *vistos* que lhe seguem.

O 41º *visto* (CARNEIRO, 1973q: 10) inicia-se com a resposta à discussão que se supõe ter a publicação anterior suscitado. Começa Sá Carneiro por afirmar que, muito embora nada do que havia escrito no artigo anterior fosse “novo ou desconhecido”, tinha “sido contrabalançado pelas vantagens que decorreriam de um debate político nas semanas que antecederam as eleições”, sendo elas a força que a oposição demonstrasse nos debates e o impacto que tal teria na opinião pública. No entanto, o autor dos *vistos* crê que “tudo isso tem muito de ilusório”. Prossegue criticando a “aparência de liberdade política” que convém aos regimes autoritários, pois estes a “não negam frontalmente (...) antes se asseguram do exclusivo controlo” da mesma. Com o mesmo tom crítico, prossegue fazendo referência ao controlo do regime policial e às restrições vigentes durante a campanha eleitoral:

“Correndo o pequeno risco de ser criticado publicamente, risco aliás controlado com segurança através do regime policial preventivo ao qual o exercício das liberdades continua sujeito no decorrer da campanha, o regime no poder está seguro de obter uma vitória eleitoral valorizada pela participação das oposições e pela efémera animação política que lhe dá lugar”.

Sá Carneiro reforça novamente o ponto de que a participação na campanha eleitoral “poderá resultar afinal em benefício do regime”, “que se verá politicamente mais acreditado, pois não terá receado o confronto com os seus adversários”.

O último parágrafo informa o leitor de que, mesmo no início da campanha, os oradores, os temas a abordar e mesmo a linguagem a utilizar já haviam sido condicionados, revelando-se “novas e constantes restrições, algumas completamente inéditas”.

O *visto* seguinte (CARNEIRO, 1973u: 10) inicia-se no mesmo tom do anterior, como se Sá Carneiro estivesse a debater a não importância das eleições com alguém. Depreende-se desta forma de iniciar o texto, novamente, uma resposta às críticas feitas

ao anterior, resultado do impacto do artigo e das reacções que provocara (novamente aqui, a teoria do two-step flow se pode verificar).

“Dir-se-á que omito, na argumentação exposta nos dois artigos anteriores, a mais importante questão nacional, a do Ultramar.

Não cabe aqui tratar dela em si mesma.

Interessa sim curar de saber se, não obstante todos os argumentos expostos, tal problema nacional poderá, só por si, fazer trocar a atitude que preconizo pela participação na campanha e no sufrágio”.

Para Sá Carneiro a guerra do Ultramar era, “sem dúvida, o primeiro problema político português, o mais grave, o mais importante (...) condicionado, como os demais, pela restauração da liberdade política através do restabelecimento das liberdades públicas e dos direitos e garantias individuais” e, por isso, comportava “como os demais problemas nacionais, apenas soluções autoritárias”.

O problema do Ultramar, defendia Sá Carneiro, só podia ser resolvido em total democracia, para isso era necessário restabelecer as liberdades e em prol disso, como já havia enunciado, é que defendia a não participação numa eleição que só tinha aparência dessas duas coisas – democracia e liberdade. O Ultramar merecia uma “discussão livre e resolução democrática” e isso não seria possível através de um “voto «preparado» por quatro semanas de liberdade «condicionada»”.

Note-se a utilização da expressão “preparado”, que leva o leitor para um cenário culinário – prato pronto depois de cozinhado e, conseqüentemente, de alimento; manufatura.

E, afirma Sá Carneiro, muito embora existam diferenças de importância quanto à “questão ultramarina e as demais questões nacionais”, não as há “relativamente à falta de liberdade política: a sua restauração é pressuposto da resolução democrática de todas essas questões. Por isso nenhuma delas é suficiente para levar a uma intervenção eleitoral para a qual não existem condições de autoridade”.

Utilizando apenas uma citação de Georges Burdeau reforça a inutilidade das eleições e alude novamente à ideia do boicote através da abstenção: “«O regime do poder aberto implica não só eleições mas eleições livres, no decurso das quais todas as tendências de opinião poderão defrontar o sufrágio dos eleitores, o que significa ao mesmo tempo admitir a pluralidade dos partidos» - A Democracia, pág. 105”.

De facto, o *visto* inclui um tópico intitulado “A abstenção, o Decreto e a Constituição”, onde Sá Carneiro não só aborda as “numerosas e variadas restrições postas à actuação da oposição” (já mencionadas no artigo anterior), como informa o novo decreto-lei³¹ que pune um novo crime de opinião com a suspensão de todos os direitos políticos por cinco anos. Consistia então crime precisamente aquilo que Sá Carneiro estava a fazer - “incitar ou aconselhar os eleitores a absterem-se de votar” - e a punição era “cinco anos de morte política”.

Note-se a referência a “morte”, indicando que de facto o cidadão deixa de ter qualquer tipo de influência, poder de decisão ou peso na vida política que o circunda. O cidadão deixa de existir.

Continuando a explicar o decreto, resume-o como uma “punição inconstitucional e absurda do incitamento ao lícito”.

“A abstenção do voto é lícita.

Quem a pratica não sofre a menor punição. Mas quem honestamente a preconiza, quem sinceramente declara que essa é a atitude a seguir, é punido com uma pena severíssima de morte política durante cinco anos”.

Este será o *visto* em que a não participação eleitoral é mais destacada pelo ex-deputado. Este incitamento, de resto já mencionado, passa pela atribuição de valores à abstenção como “honesta”, “altamente cívica”; sinónimo de “recusa de uma participação falseada” e “protesto contra a carência de liberdade política”. Ao mesmo tempo que apelida a participação eleitoral como “falseada” e complacente com a privação de liberdade.

O papel do *visto* no modelo de comunicação *two-step flow* é também aqui claramente observado através do esclarecimento eleitoral que Sá Carneiro difunde nas semanas que antecedem a eleição. Neste em concreto, o ex-deputado reitera que as opções dos portugueses não passam somente por uma ou outra lista “pois pode até haver apenas uma”, mas também pela atitude de se absterem de votar.

No *visto* que se segue às eleições, Sá Carneiro faz um balanço do processo que, espante-se, “correu como estava previsto. A Oposição não foi às urnas. Não fiscalizou

³¹ Decreto-Lei n.º 471/73, de 21 de Setembro de 1973

portanto as eleições”. Os resultados que o ex-deputado menciona, apesar de provisórios, apontavam para “percentagens que se elevam, nalguns casos, a mais de 90%”.

Note-se que não se encontra especificado a que se refere esta percentagem. De facto isso apenas é perceptível vários parágrafos depois - “quanto menos disputadas as eleições, maiores são as percentagens favoráveis aos candidatos do Governo”. Depreende-se esta lacuna na informação inicial pelo facto de, naquela altura, todos os portugueses, até os menos informados, saberem a que se referia o número. Ainda mais sendo este favorável ao Governo, uma vez que isso demonstrava que, em alguns pontos do país, apenas 10% dos portugueses recenseados não haviam votado e, consequentemente (seguindo a ideia defendida por Sá Carneiro nos últimos *vistos*) apenas 10% não o apoiavam.

A questão do recenseamento é tema principal e insere-se num tópico intitulado “«Motivação» e «contrôle»”. Sá Carneiro expõe assim a importância que o recenseamento tinha para a Acção Nacional Popular: “A continuadora da União Nacional não hesitara mesmo em afirmar francamente que a sua preocupação quanto ao recenseamento era sobretudo a inscrição nele de pessoas afectas ao Governo, que não deixassem de votar”.

Esta afirmação havia sido difundida nos jornais “sob a epígrafe – objectivos a atingir pela A.N.P”. O documento, explica o autor, especificava que o foco no recenseamento resultaria na “melhoria do equilíbrio político através da inscrição oficiosa do maior número possível de indivíduos afectos à política do Governo”, na “redução da percentagem de abstenções” e na “inscrição oficiosa incidindo, sobretudo, em indivíduos cuja presença” fosse “tanto quanto possível garantida” e pudesse “ser mais facilmente motivada e controlada”.

Escreve Sá Carneiro, utilizando a primeira pessoa do plural, e englobando os leitores e todos os portugueses (incluindo-o a ele) na ignorância da amplitude dos métodos da A.N.P.: “Ignoramos qual tenha sido a extensão de tal «motivação», bem como do «contrôle» que a A.N.P. se propõe exercer”.

Note-se o destaque que Sá Carneiro dá às duas palavras, escolhendo-as inclusive para tópico do texto. Tal pode justificar-se pelo carácter opressivo das mesmas, conotando-lhe os significados à Acção Nacional Popular.

Este foi um texto censurado. E os cortes foram tão amplos que não puderam ser preenchidos a tempo, sendo colocado no espaço do ‘Visto’ de Sá Carneiro, pela primeira vez, o famoso anúncio “Expresso – um jornal para saber ler”, utilizado para indicar ao

leitor que tinha havido censura (CASTANHEIRA, 2013: 7). Note-se, na mesma página, a bola preta, utilizada com o mesmo fim.

O visto seguinte começa mesmo com uma referência a essa mesma censura (“resultado das eleições, do qual, sem êxito, tentámos no último «visto» o comentário”) e incentiva o leitor a ler um artigo do «*Le Monde*» de 30 de outubro que “à «vitória» de M. Caetano se referia (...) com mais desenvolvimento do que aquele que (Sá Carneiro lograva...) fazer chegar aos leitores” (CARNEIRO, 1973v: 8). Note-se aqui novamente o uso de aspas em “vitória”, como já se havia verificado em “liberdade”, de forma a conotar a palavra como uma “espécie de” e não no seu sentido lato.

Importa então transcrever algumas passagens do espaço “*Bulletin de L’Étranger*”, do *Le Monde* de 30 de outubro:

“A «vitória» de M. Caetano

Foi uma vitória sem glória ou perigo, que o Sr. Marcelo Caetano, Presidente do Conselho Português, conquistou, no domingo 28 de outubro, num campo de batalha eleitoral deserto e com a quase total indiferença da opinião nacional e internacional.

Os resultados definitivos destas eleições legislativas, que se desenrolam como um ritual inútil de quatro em quatro anos, não serão conhecidos tão cedo devido à contagem de votos, tradicionalmente lenta, nos territórios ultramarinos. Mas a Ação Nacional Popular, partido do Governo, já têm garantidos 150 lugares na nova Assembleia Nacional. Os 65 candidatos que a oposição democrática apresentou, pela primeira vez, em listas conjuntas (comunistas, socialistas, liberais, cristãos), retiraram as suas candidaturas, soubemos na última quinta-feira. Aborrecimentos policiais e os muitos obstáculos colocados pelas autoridades durante uma limitada campanha eleitoral de trinta dias, criaram uma confrontação sem objetivo”.

Segue o *Le Monde* fazendo referência a temas abordados por Sá Carneiro como: o crime de opinião com punição de cinco anos; a Guerra Colonial considerado “tema-tabu”; aos milhares de portugueses que haviam optado pela emigração; fazendo uma comparação aos “métodos desonestos” dos “longos anos salazaristas”; e ainda uma mais profunda à Primavera Marcelista, acusando Marcelo Caetano de, nas eleições legislativas de 1969, ter anunciado sérias perspectivas de liberalização, chegando mesmo a “incitar

pessoalmente homens honoráveis, conhecidos pelo seu liberalismo e moderação, como MM, Miller Guerra ou Sá Carneiro”, sendo que as esperanças dos últimos depressa se “evaporaram”.

Note-se que Magalhães Mota e Miller Guerra foram precisamente, juntamente com Pinto Balsemão, as pessoas com quem Sá Carneiro passou a repartir a responsabilidade de escrita do *visto*, a partir de janeiro de 1974.

Constituição

As referências à Constituição Portuguesa prenderam-se sempre pelos direitos que nela estavam protegidos e que o regime desrespeitava.

O 7º *visto* é exemplo crasso disso. Publicado a 17 de fevereiro, semanas após a resignação de Francisco Sá Carneiro do cargo de deputado na Assembleia Nacional, trata-se de uma transcrição de um discurso proferido pelo próprio na Assembleia que aborda precisamente o controlo das liberdades: “Pouco importa às pessoas saber que têm os direitos reconhecidos em princípio, se o exercício deles lhes é negado na prática (...) Eu sinto a insegurança da pessoa oprimida e ateno-me à Constituição como único instrumento eficaz” (CARNEIRO, 1973g: 8).

Sete publicações volvidas, a Constituição serve para expôr um ‘insólito parlamentar’ que dá título ao *visto*. Isto porque Miller Guerra havia renunciado verbalmente ao seu mandato na Assembleia mas, por não ter formalizado o pedido por escrito, o presidente entendera não levar a renúncia a votação, perdendo Miller Guerra o mandato por faltas injustificadas às 15 sessões que se seguiram à renúncia.

“Nem a Constituição nem o Regimento impõem que a renúncia seja escrita (...) O deputado Miller Guerra perdeu, por faltas, um mandato a que já renunciara” (CARNEIRO, 1973w: 8). Também aqui, o desrespeito pela Constituição é demonstrado.

De resto a Constituição foi igualmente usada como referência em textos de teor legislativo, para evidenciar, novamente, o seu total desrespeito. No único *visto* da autoria de Sá Carneiro publicado em 1974 antes do 25 de abril (CARNEIRO, 1974: 6), o ex-deputado revela que o Governo apresentara à Câmara Corporativa uma proposta de lei “relativa à criação de secções criminais e cíveis nos tribunais das Relações”, acrescentando que essa matéria, por ser referente à organização dos tribunais era “da competência exclusiva da Assembleia Nacional, segundo consta no art. 93.º da Constituição, desde o início da sua vigência, ou seja desde 1933”.

Estado de Direito

Nesta categoria inserem-se referências à legislação, àquilo que definia um Estado de Direito, à legitimidade, à organização dos tribunais e ao seu papel, ao Código Civil e à Legislatura no geral.

Destaca-se aqui a invocação do Estado de Direito que é, da categoria homónima, a sub-categoria mais observada.

Sá Carneiro associou a paz e a tributação justa à construção de um Estado de Direito, dependendo as duas primeiras do último (CARNEIRO, 1973d: 8). Invocou-o muitas vezes, associando-o quase sempre à Constituição (CARNEIRO, 1973g: 8). Utilizou-o como mote para realçar a importância de um regime judicial que “respeitando o exercício da liberdade, permite punir com justiça os abusos, não consentindo que «pague o justo pelo pecador», permitindo a formação da consciência pública de condenação dos prevaricadores” (CARNEIRO, 1973j: 8).

No 18º *visto*, exprime novamente a necessidade de um Estado de Direito para controlar o poder político e volta a referir a Constituição como principal garantia. Define-o, nesse texto, como “Estado de legitimidade e de justiça, de conformidade com os direitos naturais da pessoa” (CARNEIRO, 1973r: 8).

Mais tarde frisa de novo a ideia que um Estado de Direito e a consequente liberdade não significam libertinagem, destacando que, com a anulação do regime policial preventivo instaurado, não ficará o Estado “desarmado, como o não está nenhum Estado de Direito, em que, por se respeitar a liberdade, não deixam de reprimir-se os abusos. Para isso existem as leis e os tribunais”. Em Portugal, “como em qualquer Estado de Direito” (note-se a repetição) deve-se “assegurar a luta contra o desregramento, a intranquilidade e qualquer forma de desordem ou agitação subversiva, através de uma legislação penal adequada, aplicada pelos tribunais, salvas as exceções graves determinantes dos estados de emergência” (CARNEIRO, 1973x: 10).

Censura

“Porque a ideia é a de, em cada semana, procurar comunicar o que de política nacional se vê.

Porque este «visto» a um outro está sujeito que o pode atingir esse fim” (CARNEIRO, 1973: 8).

Foram estas as palavras com que Sá Carneiro iniciou o seu primeiro *visto*, presente na oitava página do novíssimo jornal *Expresso*. O jornal e o *visto* eram novidade mas a censura não. Cortava agora com um nome novo e carimbava com um outro, homónimo da coluna de Sá Carneiro, tudo o que era permitido tornar público.

Que era pouco. Do que se passava na Assembleia Nacional só se sabia aquilo que o Presidente entendia dever “ficar consignado no Diário das Sessões” (CARNEIRO, 1973p: 8), lido por um número ínfimo de portugueses. Aos restantes, o panorama da informação política do país chegava através dos meios de comunicação de massa, com o “Senhor Secretário de Estado da Informação na Televisão, a marcar o seu interesse pela divulgação das notícias políticas (...) junto das pessoas, na intimidade das suas casas, no calor dos seus centros de convívio”. Num texto que claramente denuncia a utilização dos meios de comunicação, por parte do Regime, Sá Carneiro informa os “telespectadores” sobre algo que o Secretário da Informação esquecera informar, nomeadamente os pedidos de esclarecimento do deputado Pinto Machado que, na Assembleia, questionara “Apenas as intervenções antes da ordem do dia escaparam ao apertado regime do exame prévio – até quando?”. Nas palavras de Sá Carneiro, “só uma pausa lhe respondeu”. Ao visto não escapa a renovada utilização da rádio, da televisão e dos jornais, meios “cada vez mais intensos e solícitos”, veículo que permitia ao “executivo fazer chegar as suas opiniões aos cidadãos” e há espaço para uma citação de Valéry, que definia a política como “a arte de impedir as pessoas de se imiscuirem no que lhes diz respeito”. Segue o ex-deputado acusando a falta de informação que os portugueses tinham daquilo que se passava na Assembleia sendo que, mesmo a que havia, estava condicionada, numa nítida referência à censura e à propaganda:

“Dir-se-á que me esqueço da Tribuna da Imprensa, normalmente cheia e atenta na sala das sessões. Direi que o esquecimento está entre o que os jornalistas aí ouvem e depois relatam e o que os jornais publicam: esquecimento forçado que leva a que, ao mesmo tempo que o Governo está cada vez mais presente ao público que julga ter opinião, a Assembleia Nacional se encontra dele cada vez mais isolada.”

Uma autêntica política de informação “implica a liberdade de expressão; sem ela não teremos mais que o controlo político da informação ou seja a propaganda”.

Mencionada a propósito do Estado Policial que reprimia a efectiva liberdade de todos (CARNEIRO, 1973g: 8), a censura foi visível em vários *vistos* através da repetição de parágrafos ou de palavras, de sinais gráficos como a bola preta, ou de publicidades falsas como a “**Leia motor**”, perceptível no espaço de opinião do 11º número do *Expresso*, como uma das provas de página guardadas pelo jornal revelam. A frase “~~Seremos uma Nação em projecto ou um País submetido a um projecto~~” (CASTANHEIRA, 2013: 67) não escapou aos censores que, ainda assim, quiçá por ignorância, permitiram uma alusão indireta àqueles que, por mais que merecessem, não haviam sido consagrados com os prémios literários da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT). Sá Carneiro estabelece uma relação entre os prémios e a inquisição com a referência a “Gil Vicente, Camões, Sá de Miranda, António Ferreira e muitos outros com os livros proibidos pelo Santo Ofício. E Aquilino Ribeiro, como tantos” (CARNEIRO, 1973h: 8).

Note-se que a separação entre os escritores não foi inocente. Ao contrário dos restantes, que foram perseguidos pelo Santo Ofício, Aquilino Ribeiro foi perseguido pelo Estado Novo. O seu livro “Quando os lobos uivam”, contava uma história datada do final dos anos 40, na Serra dos Milhafres, onde os terrenos baldios dos beirões estavam a ser obrigatoriamente “expropriados”, pelo Estado Novo, com o intuito de lá plantar pinheiros, não obstante o facto da comunidade da serra retirar de lá o seu sustento. O livro foi apreendido pelo Estado Novo que o considerou ofensivo para o regime, chegando inclusive a mover um processo-crime contra o escritor.

Sobre ele e sobre o livro escreveu, Manuel Aguiar: “Quando a modorra tomava conta de nós, e sentíamos pulular à nossa volta a insuficiência ou a suficiência petulante, o literaloide sem problemas ou o mero funcionário das letras, o farol aquiliano varria a escuridão com mensagens de certezas, que nem tudo se afundara no marasmo ou na renúncia” (RIBEIRO, 1985: capa). Note-se que “modorra” foi, precisamente a expressão utilizada por Sá Carneiro no seu 1º visto. Note-se também que o SEIT era o organismo do Estado Novo responsável pela propaganda política, bem como pela informação pública e pela comunicação social.

Num *visto* dedicado ao Congresso da Oposição Democrática o autor não se esquece de fazer uma pequena referência à censura a que este está sujeito. No que à cobertura

jornalística diz respeito, afirma Sá Carneiro, “poderá interessar conhecer como reage quem, do Congresso, conheceu apenas o que os jornais noticiaram.

Sabe-se que é pouco. Mas não se ignora também que, para uma grande maioria isso será tudo”. Note-se aqui uma ligação com a falta de informação a que os portugueses se encontravam sujeitos, não só por causa da censura mas também por falta de procura, sendo que esse aspecto já foi abordado na categoria “Portugueses”.

Poder

Por várias vezes Sá Carneiro mencionara a necessidade de pluralismo político numa sociedade que se queria democrática e cuja construção dependia de “meios democráticos de controle do poder” (CARNEIRO, 1973d: 8). No seu 5º *visto* publicado fez a primeira menção ao regime monolítico e monopolista e implicou que a participação política significava somente “apoiar: quando muito valorizar, com divergências acidentais, com discussões dos pormenores, as decisões do Poder”. Este enquadramento todo poderoso do Governo verificou-se ao longo da leitura dos *vistos*.

No 18º *visto*, um que trata a tecnocracia e o totalitarismo, ao mesmo tempo que elogia o liberalismo por “prudentemente” manter uma distância entre a sociedade e o Estado, refere “a interacção da sociedade e do poder político”, ligação que gera “uma inevitável tendência de domínio e de absorção” (CARNEIRO, 1973r: 8).

Note-se que neste visto o poder político adquire uma conotação de ilegitimidade por ser englobado na definição de Estado totalitário, adjetivado de “violento”, “desagradável” e “pesado”, sendo que o tecnocrático é igualmente “pesado”, pois ambos se apoderam do homem e arrecadam a sua liberdade, anulando-o. Nos parágrafos seguintes o enquadramento é o mesmo mas ‘troca de lados’ quando Sá Carneiro alerta para a importância da pessoa, indispensável à sociedade e por isso também detentora de poder.

De frisar um texto cujo título em si resume o enquadramento predominante desta categoria: “Governo – poder quase ilimitado”. Neste visto, Sá Carneiro menciona o poder político quase ilimitado, que “tende a defender a plenitude do seu poder” e se preocupa, essencialmente, com a sua segurança. Assim, “compromete-se o menos possível em soluções constitucionais referentes aos direitos individuais, já que, sendo elas definitivas e ele o mais relevante limite ao seu poder político daí redundaria uma efectiva restrição à livre actuação do poder governamental” (CARNEIRO, 1973y: 10).

Economia

Na página de opinião do *Expresso*, Sá Carneiro abordou as questões ideológicas do capitalismo, chegando a explicá-lo e defini-lo aos seus leitores. As reformas que se exigiam, assim como o custo de vida e os salários dos portugueses, o Estatuto do Trabalho Nacional, o plano económico e a tributação mereceram várias referências e culminaram, no geral, com o enquadramento de uma economia atrasada.

O aumento do salário dos funcionários públicos, que ainda hoje consiste num tema badalado da nossa sociedade, foi o mote de “Vencimentos e civismo” (CARNEIRO, 1973z: 8). No artigo, Sá Carneiro faz uma pequena revisão das análises feitas pelo secretário de Estado da Informação, na televisão, acerca das decisões do Conselho de Ministros. Convém analisar, à margem desta categoria e do foco do *visto*, aquela da qual Marcelo Caetano se “ocupou praticamente em exclusivo”: o “aumento aos vencimentos dos funcionários públicos”.

Uma vez que, como Sá Carneiro havia afirmado anteriormente, o número de portugueses que viam televisão era maior do que aquele que lia jornais, podemos assumir que este sumário do que foi dito pelo secretário será, mais do que uma contextualização, um reforço da informação que se presume apreendida pelo leitor, que havia assistido em primeira mão à comunicação televisiva.

Na escolha do orador se vê “a importância atribuída a tal decisão, que constitui o tema de mais uma palestra. A isso não deixarão por certo de ser sensíveis os funcionários públicos, que viram ocupar-se dos seus problemas não um membro do Governo mas o seu próprio chefe”. Estas duas frases denotam que aquela aparição do Presidente do Conselho, com uma notícia aparentemente tão auspiciosa, não era inocente. Era uma boa notícia (boas notícias são sempre bem-vindas) e abrangia uma fatia grande dos portugueses (os funcionários públicos), dois aspetos significativos na escolha do “mensageiro”. Mas onde Sá Carneiro quer chegar é exatamente à “aparência” de boa notícia que, tendo em conta os dados apresentados por ele de seguida, não o é. Note-se ainda a utilização da expressão “palestra” que, ao contrário de “comunicação”, denota aborrecimento.

Primeiro relata que Marcelo Caetano “com realismo e franqueza (...) não deixou de salientar que o aumento agora deliberado visa unicamente fazer face à anterior subida do

custo de vida e não a posteriores elevações de preço” (note-se a utilização do verbo no negativo – “não deixou de salientar” em vez do positivo “salientou”). E depois aprofunda essa informação com palavras suas e referências a número concretos, algo que, pela indicação da fonte (Corporação do Comércio, algumas Notas, pág. 17), Marcelo Caetano não fez. No final, feitas a contas, aquela decisão do Conselho de Ministros, aparentemente boa porque se concretizava num aumento salarial, não compensava “o aumento do custo de vida verificado”.

Outra situação que mereceu destaque no espaço de opinião do Expresso foi a de “Um não categórico” (CARNEIRO, 1973l: 10) de Maria de Lourdes Pintasilgo ao Plano Económico. Aquela que viria a ser a primeira mulher (e única até à data) a desempenhar o cargo de primeiro-ministro em Portugal (julho de 1979 a janeiro de 1980) e a terceira na Europa, era, nas palavras de Sá Carneiro uma procuradora “desassombrada” que punha em causa “cordata mas firmemente, por vezes mesmo com certa veemência”, o modelo global de desenvolvimento económico português. Após ter recusado o convite de Marcelo Caetano para integrar a lista de deputados para a Assembleia Nacional, aceitou o cargo de procuradora na Câmara Corporativa, função que desempenhou até abril de 1974 (BELTRÃO, 2007).

Foram muitos os votos de vencido que, na qualidade de procuradora, fez a vários pareceres relativos à liberdade de imprensa ou às alterações na Constituição mas aquele que nesta categoria se insere havia sido transcrito no número do Expresso que antecederia o *visto* em causa. Considerado por Sá Carneiro um “acontecimento de grande relevo”, é um exemplo de como opera o modelo *two-step flow*: o órgão de comunicação transmitiu a informação (neste caso o Expresso divulgou a transcrição do voto de vencido) e agora o líder de opinião deslindará essa informação, (Francisco Sá Carneiro), explicando o porquê do voto de vencido da procuradora ser tão significativo.

E foi-o porque implicou “coragem de dizer não ao desenvolvimento económico como projecto global”. O modelo a que Pintasilgo se opôs era um que não visava a sintonização com a Europa desenvolvida, ao invés disso, preconizava o desenvolvimento do capitalismo em que Portugal já se encontrava inserido e a “sociedade do lucro” que se apresentava com “os títulos de consumo e abundância”.

Mesmo nos países democráticos, o capitalismo era “cada vez mais atacado por razões ecológicas, sociais, políticas e económicas”, obrigando ao “trabalho desumano” cujo

salário não chegava sequer para os operários comerem, ao “ritmo enlouquecedor”, à “fadiga nervosa igual ou pior do que o anterior cansaço físico” e ao “ritmo artificial de uma vida centrada sobre a competição constante”, traços ligeiros dos muitos motivos que, aponta Sá Carneiro, levaram à contestação “global e violenta” do desenvolvimento capitalista.

Serve esta enunciação de alavanca para o ex-deputado louvar a procuradora e explicar as suas razões que passavam, inclusivé, pela “necessidade da adequada utilização de todos os recursos humanos potenciais para a mobilização integral do País na construção do seu projecto social, com recurso a mecanismos de participação de toda a população (...)

Reage-se assim contra a identificação do crescimento do lucro com a promoção humana, precisamente porque, a sistemática e exaustiva procura dos lucros cada vez maiores é feita em detrimento e à custa do crescimento do homem e da justa organização da sociedade.

Nos países democráticos os meios de acção e de expressão permitem uma denúncia constante das injustiças”. Não sendo Portugal um país democrático, essas injustiças não eram denunciadas.

Ultramar

“A questão ultramarina, designadamente nos seus aspectos bélicos, não sobreleva, portanto, a questão da liberalização. Esta que é essencial para que aquela se possa debater em todas as suas implicações, com informação exacta e verídica” (CARNEIRO, 1973u: 10).

Serve este excerto para resumir o enquadramento que Sá Carneiro deu à questão da guerra do Ultramar nos seus *vistos*. Muito embora a temática tenha sido várias vezes verificada, era utilizada como alavanca para abordar questões de liberdade e de censura. Sá Carneiro defendia, sempre, que para resolver o problema ultramarino eram necessárias soluções políticas e que tal somente era possível numa sociedade verdadeiramente democrática.

No 3º *visto* por si escrito chamou a atenção para as divergências manifestadas na Assembleia sobre “a validade dos esforço do Governo na busca de soluções políticas para o ultramar” e relacionou a informação com o facto de “dentro e fora da Assembleia” haver quem entendesse que para resolver a “questão do Ultramar e os problemas da Metrópole” eram necessárias reformas políticas. O ex-deputado acrescenta, por último, que há igualmente “quem defenda que qualquer solução válida passa necessariamente pela prévia restauração entre nós de efectivas liberdades públicas e direitos cívicos” (CARNEIRO, 1973aa: 8).

O Ultramar era um tema tabu, como demonstra o *visto* assinado por Francisco Pinto Balsemão, destinado ao nº 25 do *Expresso* (23 de junho de 1973). O texto foi cortado na íntegra pelo Exame Prévio e teve de ser substituído por um discurso proferido pelo próprio, dois anos antes, na Assembleia Nacional. O *visto*, que não chegou a ser publicado, intitulava-se “Ultramar – questão de coerência”, e incluía frases como “a questão só pode ser resolvida de melhor maneira se e quando houver a liberdade para a discutir” (CASTANHEIRA, 2013: 94).

A propósito da comunicação televisiva de Marcelo Caetano salienta

a oportunidade que o “sr. Presidente do Conselho” aproveitou para fazer uma referência “incidental ao serviço militar, extensivo aos dois sexos”. No texto destaca a não existência do “estatuto para os objetores de consciência” em Portugal (geralmente invocado por razões de ordem religiosa que permitia “um serviço não violento à Nação”)

e a quantidade de quartéis espalhados pelo País “em zonas em que o atraso cultural e sanitário, para não falar doutros, é enorme, em que são patentes as carências das infraestruturas mínimas”, relativamente às quais os militares poderiam agir. Finalizando as informações com a certeza de que, esta forma de atuação na resolução dos problemas locais “seria um óptimo treino, porque prático, para tarefas idênticas a desempenhar em campanha no Ultramar”.

Numa outra ocasião em que dissecava as mudanças internas do governo, escreve sobre o novo Ministro da Defesa e do Ultramar e desafia: “se há neste sector uma política inovadora, ousada, progressiva, respeitadora dos direitos das pessoas, será a altura de ela aparecer e de a impor, pois até agora não passou das declarações oficiais e do vago enquadramento constitucional”. Note-se que este parágrafo foi repetido logo de seguida, algo que também havia acontecido em *vistos* anteriores³² e que podem indicar censura. A frase em si denota que, quanto ao Ultramar, as decisões até então tomadas eram contrárias a tudo o que este desafio impunha.

De frisar a referência ao General Spínola cuja presença na metrópole e “às opiniões que publicamente manifestou a propósito do Ultramar e da evolução política interna, das liberdades públicas até às causas do terrorismo”.

Note-se que Spínola foi convidado por Marcelo Caetano a assumir a pasta do Ultramar. Mas o general, que havia de ser o primeiro Presidente da República após a queda do regime e a Revolução dos Cravos, recusou a oferta de Caetano por não concordar com a intransigência relativamente à Guerra Colonial. Note-se ainda que as suas opiniões foram expressas no livro “Portugal e o Futuro”, publicado a 23 de março de 1974, no qual Spínola defendia uma solução ultramarina política e não militar.

³² Expresso nº 4 e 7

Os principais temas e como eram abordados

No espaço de opinião que lhe era reservado semanalmente, Sá Carneiro abordou várias problemáticas da sociedade Portuguesa. Após uma leitura atenta de toda a amostra, concluem-se as seguintes categorias, por ordem de interesse:

1. Liberdade
2. Assembleia Nacional
3. Forças policiais
4. Governo
5. Autoritarismo
6. Continuidade/ Progresso
7. Direitos
8. Portugueses
9. Mundo
10. Eleições
11. Constituição
12. Estado de Direito
13. Censura
14. Poder
15. Economia
16. Ultramar

A própria categorização do conteúdo permitiu assimilar que umas e outras se interrelacionavam. De facto, foram muitos os *vistos* em que se verificava mais do que uma das categorias. Só isso explica que, feito o esforço de diversificar os exemplos na explicação de cada categoria, alguns dos *vistos* se repitam. Note-se que apesar da variedade ser um critério na escolha dos artigos a citar, outro a esse se impôs, nomeadamente a preponderância e grau de exposição da temática no texto.

O *visto* nº 11 foi aquele que se inseriu em mais categorias, quatro no total.

Os *vistos* nº 1, 2, 7, 9, 12, 15, 18, 40 e 43 foram inseridos em três categorias distintas, cada um.

Inseriram-se os *vistos* 4, 6, 8, 19, 41, 42 e 48 em duas categorias cada um.

Os números comprovam o que uma leitura atenta permitiu concluir: as temáticas abordadas por Sá Carneiro giram em torno umas das outras. Depreende-se disto que, para perceber realmente as alusões feitas pelo cronista, os leitores tivessem de ler os *vistos* como um todo. Os diferentes números interrelacionam-se entre si e, como numa série televisiva, é possível perceber um episódio, mas há pedaços da história que ressurgem e que não são passíveis de entendimento sem ver os anteriores ou os seguintes. O mesmo

se passava com a leitura do *visto*. Muitas das ligações estabelecidas por Sá Carneiro só eram possíveis de apreender com base em argumentos e posições denotadas anteriormente, numa mostra de continuidade que exigia a assiduidade do leitor.

Este aspeto revelava-se particularmente relevante e frutuoso no contexto censório, uma vez que determinadas frases não eram censuradas pelo seu conteúdo em si não denotar qualquer ameaça, no entanto, informações anteriores, reveladas e recolhidas *visto* atrás de *visto*, permitiam ao público juntar as peças e, assim, retirar de uma frase permitida conhecimentos que, à priori, não interessariam ao exame prévio serem divulgados.

Relativamente ao enquadramento de cada categoria, afige-se que a temática “Liberdade” foi sempre exposta como algo que faltava a Portugal e aos Portugueses. Sem a liberdade nada era possível, nem a democracia, nem a informação, nem o pluralismo das ideias, nem verdadeira participação política... Os leitores do *visto* obrigatoriamente perceberam a importância da liberdade, se não pela sua importância, pela frequência com que era mencionada por Sá Carneiro. Uma liberdade sem aspás, verdadeira em todos os sentidos.

A “Assembleia Nacional” foi várias vezes referenciada como fonte e como palco de pseudo acção política, no entanto foi na falta de poderes reais e na tentativa dolorosa de participação dos deputados que Sá Carneiro mais se focou. Por várias vezes, o ex-deputado louvou os ex-colegas e desculpabilizou-os pela não concretização das mudanças. Não havia sido por falta de vontade ou capacidade dos seus defensores, mas sim pelas limitações que a Assembleia impossível impunha.

As “Forças Policiais”, mencionadas ao longo de várias publicações, eram expostas como um mecanismo do Regime para oprimir liberdades reconhecidas em teoria mas negadas na prática. Nesta categoria inserem-se as referências à PIDE (mais tarde DGS), ao receio da desordem e ao bem comum coletivo, invocado para justificar um regime preventivo. Note-se que sempre que Sá Carneiro referenciava as forças policiais, explicava que defendia um sistema repressivo, que permitisse a liberdade mas castigasse aqueles que dela abusassem.

O “Governo” foi exposto num enquadramento de promessas não cumpridas, numa clara referência ao clima político de 1969 que era de grandes expectativas de abertura e mudança que não se vieram concretizar.

A categoria do “Autoritarismo” abarcou referências ao Nazismo, ao Fascismo e às ditaduras europeias. Nela coube a definição de Estado Totalitário e Tecnocrático à qual Sá Carneiro dedicou um *visto* inteiro, com o intento de demonstrar a supressão das liberdades do Homem que advinham de tais políticas.

A ideia de “Continuidade/Progresso” foi visível em vários textos. Uma impedia a outra, a mesmice política e social consistia num entrave à evolução da Nação e dos Portugueses. De novo aqui se observa a tendência de promessas não cumpridas, com uma forte conotação de que nada havia mudado desde o Salazarismo.

Na categoria de “Direitos” inserem-se as referências ao direito à liberdade, aos direitos fundamentais e reconhecidos constitucionalmente, aos direitos políticos e de livre expressão, ao direito à defesa, ao direito do trabalho, aos direitos religiosos e aos do cidadão. Destaque-se que, relativamente aos direitos, Sá Carneiro acusou o governo de não ter medo de os assegurar por serem estes um meio verdadeiro de limite ao seu poder.

Auferiu-se a categoria “Portugueses” através de todas as comunicações diretas de Sá Carneiro aos portugueses, fossem elas um ataque ou incentivo. E ambas se verificaram.

O autor dos *vistos* foi altamente crítico da conformidade dos portugueses, sem olhar a classes, atribuindo-lhes culpa no que à realidade política e social dizia respeito. Sá Carneiro apontou o desinteresse, a modorra, a parca leitura de jornais e criticou o apoio dos portugueses ao regime, acusa-os de adestrados, pouco cultos e com medo da mudança. No entanto, sem esquecer que havia contingências que favoreciam esta falta de atitude, tentou o incentivo, demonstrando-lhes o poder que tinham se vencessem essa conformidade de que já os havia acusado, e frisando que era deles feita a Pátria.

Foram várias as comparações que Sá Carneiro fez entre Portugal e o resto do “Mundo”, relativamente à política, ao funcionamento de órgãos como o Parlamento e a Assembleia e até mesmo ao sistema de ensino.

As “Eleições” ganharam maior destaque à medida que a data da ida às urnas se aproximava. É certo que antes sequer da campanha eleitoral ter começado, o cronista já classificava as eleições como ocas de significado, por não terem em si real disputa. Mas foi nos 4 *vistos* anteriores à data em que se realizavam que Sá Carneiro fez um dos mais importantes actos do *two step flow*. O ex-deputado incitou à abstenção eleitoral e tentou que os portugueses alinhassem numa espécie de boicote àquelas falsas eleições cujo único resultado era um de incentivo ao vigente Governo. Então, para quê votar?

As referências à “Constituição” eram sempre acompanhadas de informações que revelavam o que esta assegurava e o regime desrespeitava, sendo invocada várias vezes, por Sá Carneiro, com o intuito de demonstrar a ilegalidade de determinado acontecimento. O “Estado de Direito” surgia-lhe assim interligado, sempre contextualizado como de extrema necessidade para uma democracia, para controlo do poder político, sendo a Constituição sua principal garantia.

A “Censura”, raramente mencionada pelo próprio nome, surgiu logo no primeiro *visto*, referida como condicionante do espaço. Ao longo das várias publicações do *Expresso* e até ao 25 de Abril de 1974 surgiu quase sempre num enquadramento geral de falta de liberdade, sendo a censura um resultado dessa privação. A destoar desta tendência note-se uma referência direta ao “esquecimento forçado” (CARNEIRO, 1973p: 8) que assolava os jornalistas que assistiam às sessões da Assembleia na Tribuna da Imprensa. Escreveu Sá Carneiro que aquilo que era publicado pelos jornais diferia do que realmente acontecia e que o público julgava ter direito à opinião quando cada vez mais afastado se encontrava deste.

Noutra ocasião ainda, a propósito dos Prémios SEIT, estabeleceu uma ligação entre a Secretaria de Estado da Informação e Turismo - organismo do Estado Novo responsável pela propaganda política, pela informação pública e pela comunicação social - e a inquisição por esta última marginalizar grandes nomes da literatura na atribuição dos seus galardões.

Em “A Manipulação dos Media”, Noam Chomsky alega que existem duas definições, ainda hoje, do que é considerada uma sociedade democrática: “aquela em que as pessoas dispõem de meios que lhes permitem participar de maneira significativa na condução dos seus próprios assuntos e em que os meios de comunicação social, os *media*, são abertos e livres” e uma outra, alternativa, que “afirma que as pessoas devem ser impedidas de conduzir os seus próprios assuntos e que os meios de informação devem ser estreita e rigidamente controlados” (CHOMSKY, 2003). A democracia defendida por Francisco Sá Carneiro tinha “na sua base, uma preocupação de liberdade” (VARIOS, 2000: 10), liberdade onde não havia espaço para a política de censura que descrevia nos seus *vistas*.

Ao Governo surgiu quase sempre ligada a conjuntura de “Poder” ilimitado – logo ilegítimo - que era necessário controlar. Para isso, frisou várias vezes Sá Carneiro, era necessário pluralismo político e de ideias, liberdade, uma democracia e os consequentes meios democráticos de limitação.

Na categoria de “Economia” inserem-se as questões ideológicas do capitalismo, que Sá Carneiro definiu e explicou no espaço do visto, as reformas económicas que se exigiam, o custo de vida e os salários dos portugueses, o Estatuto do Trabalho Nacional, o plano económico e a tributação. No geral, as várias referências culminaram com o enquadramento de uma economia atrasada.

O “Ultramar” surge sempre como um problema a precisar de solução. A temática servia de alavanca para a abordagem de questões de liberdade e de censura sendo que Sá Carneiro destacava sempre que o problema ultramarino necessitava de soluções políticas que somente eram possíveis numa sociedade verdadeiramente democrática.

A escrita de Sá Carneiro

Quando se iniciou a leitura da amostra, a primeira conclusão foi a de que os artigos de opinião de Sá Carneiro não eram diretos quanto à opinião latente. O ex-deputado adoptou tendencialmente uma estrutura em que expunha factos, com recurso a decretos da Constituição, citações de personalidades políticas como Caetano e Salazar e excertos de intervenções por parte do próprio ou de outros deputados nas sessões da Assembleia Nacional. Outros meios de comunicação também eram invocados, como foi o caso da comunicação televisiva em que Caetano falou aos portugueses, o Diário das Sessões, o próprio Expresso e outros jornais como o francês “Le Monde” e o português Comércio do Funchal.

Esta característica dos *vistos* por si só deixa transparecer o processo do modelo comunicacional que tem sido referenciado ao longo da dissertação - o *two-step flow* – mais notório em determinadas publicações do que em outras. Tomemos como exemplo o *visto* nº 43, onde se lêem as palavras “Eis um primeiro tema de reflexão”, antes de serem expostas as razões que comprovavam a inutilidade das eleições.

Àparte duas ocasiões em que utilizou as expressões “parece-me” e “creio”, a opinião de Sá Carneiro foi sempre uma latente e não óbvia. A enunciação de factos, uns atrás dos outros, ia de encontro à teoria de Hynds e Archibald que apontam, como os objetivos dos editoriais, a tentativa de liderar “através do fornecimento de parâmetros de referência ou da apresentação de pontos de vista fortemente discutidos, com os quais os leitores podem testar as suas próprias ideias; assim como proporcionar um fórum de troca de informação sobre o governo e a vida em comunidade” (ARCHIBALD & HYNDS, 1996: 15).

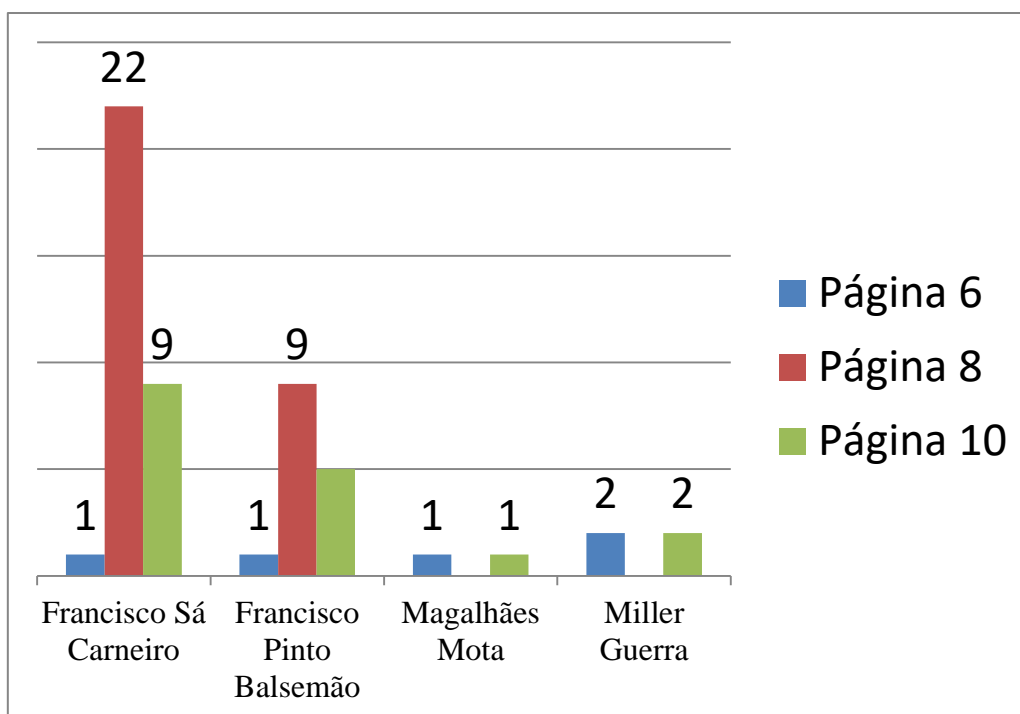
A teoria do *two-step flow* sustenta que o líder de opinião tem um papel fulcral na explicação de temáticas mais complexas aos leitores em geral (Elihu Katz e Paul Lazarsfel - *Personal Influence: The Part Played by People in the Flow of Mass Communicattions*), para que a mensagem passe por toda a sociedade e gere discussão entre os seus membros. São exemplo dessa discussão posterior as Cartas dos Leitores, enviadas para o *Expresso* e publicadas na página 9, como a de Ernesto de Jesus Matias, de Lisboa que deseja ao jornal “muitos anos de vida e de boa leitura, que ao jornalista seja dada a vontade de escrever, que essa tesoura, que não tem direito de existência, desapareça para todo o sempre, a bem de um povo que se sente cansado de tanta injustiça, e que a liberdade e os

direitos do homem sejam um facto” (*Expresso* nº 2 – 13 de janeiro de 1973) (CASTANHEIRA, 2013: 19).

A provar o papel do visto e de Sá Carneiro na simplificação da informação estão os vistos em que comenta notícias, como o nº 48 em específico, que faz referência à notícia publicada no *Expresso* anterior, relativamente ao voto de vencido da procuradora da Câmara Corporativa, Maria de Lourdes Pintasilgo. O órgão de comunicação transmitiu a informação e o líder de opinião explicou-a, destacando a notícia em específico das demais.

Verica Rutar aborda essa tática no seu trabalho ‘Newspaper’s production of common sense’, afirmando que “o primeiro passo na construção do senso comum em editoriais é posicionar o problema num contexto que seja familiar aos leitores. A forma mais fácil de atingir esse objetivo é incluir factos e interpretações de notícias já publicadas” (RUPAR, 2007: 598). Uma vez que o trabalho se foca em editoriais e esta dissertação trata artigos de opinião, importa referenciar que os editoriais são “o único local, nos jornais americanos, onde, de acordo com os cânones do bom jornalismo, é permitida a expressão de opinião” (MELTZER, 2007: 83) e, muito embora a análise de Rutar trate editoriais publicados na Nova Zelândia, também ela define o seu trabalho como um que se foca na prática da expressão de opinião nos editoriais, o “género que comunica ‘visões’”. O trabalho de Rutar evidencia as diferenças entre as notícias e os editoriais, sendo que as primeiras informam e os segundos “explicam o que aconteceu, os editoriais dizem-nos porquê e como aquilo que é noticiado pode afetar as nossas vidas” (RUPAR, 2007: 599),

Rutar dissecou a construção dos editoriais e evidencia aspetos que se verificam no visto do *Expresso*: “sempre publicados na mesma página, no mesmo sítio e na mesma imagem gráfica”, neste caso específico com a fotografia do autor, o seu nome, o título do visto, bem como a sua identificação e sempre na página 8 ou 10, com algumas exceções na página 6. Vejamos o gráfico onde, além dos vistos de Sá Carneiro, estão também incluídos os vistos publicados por outros líderes de opinião:



Note-se que, enquanto Sá Carneiro e Balsemão publicaram a maior parte dos seus *vistos* na página 8; Miller Guerra e Magalhães Mota nunca viram os seus artigos nessa mesma página. Esta tendência explica-se pelo facto de os dois terem começado a escrever o espaço apenas a partir de janeiro de 1974. Fase em que se verificam as duas únicas vezes em que os *vistos* de Sá Carneiro e Balsemão figuraram na página 6, o que indica mudança da página “Opinião” no semanário.

Nos seus textos Sá Carneiro também adoptava uma postura de antecipação de argumentos, tendo o cuidado de contra-argumentar antes que estes fossem colocados. Esta postura revela o cuidado de rebater dúvidas que pudessem surgir no leitor, credibilizando o enunciado, e a presença da premissa de gerar discussão ou reflexão por parte dos leitores.

Para além da argumentação, foi visível nos textos uma construção de bom/mau, a utilização da ironia, de provérbios populares, a colocação de perguntas e a repetição de informação.

A utilização de tópicos, reticências, do negrito e das aspas em expressão como a “liberdade” também se verificou ao longo da amostra.

Balsemão classificou o discurso de Sá Carneiro como um “claro, conciso, frio (e, como é óbvio, inteligente)” e tal é possível denotar nas palavras utilizadas. Aliando o grau elevado de exigência da compreensão ao facto dos portugueses lerem poucos jornais,

podemos concluir que os *vistos* de Sá Carneiro, assim como o próprio *Expresso*, não eram alcançados pela maior parte dos portugueses. O discurso adoptado era, no entanto, composto por frases curtas e incisivas, em construção de história, com largas explicações de conceitos políticos e suas origens, com uma tendência de continuidade que exigia um acompanhamento semanal por parte do leitor. As temáticas, internamente ligadas, uniam os *vistos* numa espécie de livro: para perceber a décima página, era necessário ler as anteriores. Teoricamente isso também explica como algumas informações foram aprovadas pela censura, na medida em que, isoladas, não exigiam o corte.

A provar que os *vistos* funcionavam como arma difusora dos ideais políticos de Sá Carneiro estão as transcrições dos seus discursos na Assembleia, não só na íntegra (para colmatar o vazio imposto pela censura) como em excertos inseridos nos textos aprovados. As temáticas que observou na Assembleia Nacional, quando era deputado, defendidas pela ala liberal, foram as mesmas temáticas dos *vistos*.

Temas esses escolhidos com “coragem” e sem recorrer aos “arroubos líricos da oratória novecentista” ultrapassados porque “já ninguém tem paciência para ouvir durante meia hora o que pode ser dito em cinco minutos”, confere Balsemão ao descrever a oralidade de Sá Carneiro (BALSEMÃO, 1974: 8).

A comprovar a importância do ex-deputado e o papel de líder de opinião que desempenhava na sociedade portuguesa, estão as seguintes palavras transcritas do mesmo documento.

“Sá Carneiro, por mérito próprio, foi rapidamente referenciado, adoptado e destacado pela Imprensa e pelo cidadão anónimo. Ele era o que com maior preparação e objectividade falava sobre os problemas que interessavam à maioria. E ele era o que aparecia no momento oportuno com a palavra certa (...) a crítica implacável, mas serena. Ele simbolizava a esperança de normalização-liberalização da sociedade portuguesa (...) Decorridos mais de quatro meses sobre a sua renúncia, é sintomático notar que o nome Sá Carneiro continua a ser pronunciado com respeito (...)

Como atingiu Francisco de Sá Carneiro, passados apenas dois anos sobre o início da sua carreira política, o primeiro lugar nas sondagens de opinião acerca da popularidade dos parlamentares? Porque se interessou de tal modo o público pelo seu estado de saúde, logo a seguir ao acidente de viação, a sua vida estava em perigo, ao ponto do serviço de

noticiário do Rádio Clube Português ter transmitido o seu boletim médico antes de qualquer informação nacional o internacional? Quais os motivos de êxito dos livros que publicou com as suas intervenções em São Bento? (...) Que razões transformaram um advogado portuense na casa dos trinta e cinco anos (bom profissional, família conhecida, mas sem qualquer experiência da vida política) na «maior figura política da nossa actualidade»? (...)

Sá Carneiro atingiu o relevo por todos admitido pelas suas qualidades pessoais e pelas circunstâncias em que vivemos desde o início da era marcelista” (BALSEMÃO, 1974: 8).

Conclusões

Todos os vistos escritos por Sá Carneiro foram alvo da censura imposta pelo Exame Prévio da era marcelista. Ainda assim, pelos temas abordados, conseguiram fazer chegar informações aos portugueses que liam assiduamente o *Expresso*. A linguagem utilizada por Sá Carneiro era simples e baseava-se numa estrutura de história. O cronista optava por enunciar factos, uns atrás dos outros, deixando espaço para o leitor tirar as suas próprias conclusões. A opinião não era óbvia, mas sim latente, estimulando a reflexão.

A prova de que Sá Carneiro simplificava a informação (sendo um agente do *two-step flow*) são as várias referências a notícias publicadas anteriormente pelo *Expresso* ou outros meios de comunicação nacionais e estrangeiros. O ex-deputado destacava assim as informações noticiadas e alertava o leitor para a importância das mesmas. De destacar a tendência observada de antecipar argumentos, como se o autor dos *vistos* já soubesse que os seus textos iriam gerar discussão, contra-argumentando antes mesmo disso acontecer, rebatendo dúvidas que pudessem surgir na leitura.

A linguagem utilizada por Sá Carneiro era medianamente acessível, com recurso à ironia, a provérbios populares e à repetição de informação. Ainda assim, e por serem poucos os portugueses que liam os jornais, conclui-se que o *visto* não chegava a todos os portugueses. Note-se ainda que para as informações serem realmente assimiladas era necessário um acompanhamento semanal do espaço. Teoricamente isso também explica como algumas informações foram aprovadas pela censura, na medida em que, isoladas, não exigiam o corte.

Os temas mais abordados por Sá Carneiro no visto foram, por ordem decrescente: Liberdade, Assembleia Nacional, Forças Policiais, Governo, Autoritarismo, Continuidade/Progresso, Direitos, Portugueses, Mundo, Eleições, Constituição, Estado de Direito, Censura, Poder, Economia e Ultramar. Uns e outros interrelacionam-se, corroborando a teoria da exigência de assiduidade do leitor.

Em termos de enquadramento, as conclusões mais surpreendentes foram várias.

Na categoria “Portugueses” destacou-se a crítica que Sá Carneiro direccionava aos portugueses, culpabilizando-os pela realidade política que se vivia, alimentada pelo desinteresse e conformidade geral. No entanto, sem esquecer que haviam contingências

que favoreciam esta falta de atitude, tentou o incentivo, demonstrando-lhes o poder que tinham se vencessem essa modorra, e frisando que era deles feita a Pátria.

As “Eleições” foram gradualmente abordadas, com especial destaque na época pré-eleitoral. Nessa altura, Sá Carneiro (que já havia referenciado várias vezes a inutilidade das mesmas) apelou à abstenção dos portugueses, incitando uma espécie de boicote àquele falso sufrágio cujo único resultado era um de incentivo ao vigente Governo.

A “Assembleia Nacional” serviu de mote para Sá Carneiro expôr a falta de poderes reais dos colegas deputados, desculpabilizando-os pela não concretização das mudanças necessárias e frisando que não havia sido por falta de vontade ou capacidade mas sim pelas limitações impostas.

As “Forças Polícias” foram sempre acompanhadas da argumentação de que o sistema preventivo devia ser substituído por um sistema repressivo, que permitisse a liberdade e castigasse somente aqueles que dela abusassem.

O “Governo” foi exposto num enquadramento de promessas não cumpridas, numa clara referência ao clima político de 1969 que era um de grandes expectativas de abertura e mudança que não se vieram concretizar.

Os símbolos visíveis de censura observados foram as publicidades falsas ou do “Expresso o semanário dos que sabem ler”, bem como transcrições de discursos proferidos na Assembleia Nacional pelo próprio ou pelos colegas da ala liberal. Bolas cinzentas, pretas, cartoons e repetição de parágrafos foram outros dos sinais observados para preenchimento das lacunas que o corte causava.

Bibliografia

- (3 de setembro de 2016). Obtido de Diário de Notícias:
<http://www.dn.pt/portugal/interior/morreu-historiador-manuel-lucena-4387847.html>
- Archibald, E., & Hynds, E. (1996). Improved Editorial Pages Can Help Papers, Communities. *Newspaper Research Journal* 17 (1-2), 15.
- Azevedo, C. d. (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Balsemão, F. P. (5 de janeiro de 1974). Visto - Nova fase, novo ano. *Expresso* 53, 8.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Batista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses do séc. XIX ao Marcelismo*. ESCRITÓRIO Editora.
- Bell, A. (1991). *The Language of News Media*. Oxford: Basil Blackwell.
- Beltrão, L. (2007). *Uma história para o futuro: Maria de Lourdes Pintasilgo*. Tribuna de História.
- Bennet, W. L., & Manheim, J. B. (Novembro 2006). The One Step Flow of Communication. *Annals, AAPPS*, 608.
- Braz, M. P. (2008). *Salazar - A Cadeira do Poder*. Lisboa: Editorial Presença.
- Caetano, M. (1971). *Ensaio pouco políticos*. Editorial Verbo.
- Carmona, Ó. (13 de julho de 1926). O Mundo. 41.
- Carneiro, F. S. (6 de janeiro de 1973). Porquê? *Expresso*, 8.
- Carneiro, F. S. (6 de janeiro de 1973). Visto - Porquê? *Expresso* 1, 8.
- Carneiro, F. S. (20 de janeiro de 1973aa). Visto - Justiça e paz. *Expresso* 3, 8.
- Carneiro, F. S. (3 de março de 1973b). Visto - Prove que é livre. *Expresso* 9, 8.
- Carneiro, F. S. (27 de outubro de 1973c). Visto - Eleições 73 (IV) Reflectir. *Expresso* 43, 10.
- Carneiro, F. S. (13 de janeiro de 1973d). Visto - Parlamento, paz e impostos. *Expresso*, 8.
- Carneiro, F. S. (27 de janeiro de 1973e). A política dos nossos dias. *Expresso* 4, 8.
- Carneiro, F. S. (6 de outubro de 1973f). Visto - Eleições 73 (I). *Expresso* 40, 10.
- Carneiro, F. S. (17 de fevereiro de 1973g). Visto - Assegurar um Estado de Direito. *Expresso* 7, 8.
- Carneiro, F. S. (17 de março de 1973h). Visto - Quem é pela liberdade? *Expresso* 11, 8.

- Carneiro, F. S. (12 de maio de 1973i). Visto - A Constituição de 1933. *Expresso* 19, 10.
- Carneiro, F. S. (14 de abril de 1973j). Visto - O 3º Congresso. *Expresso* 15, 8.
- Carneiro, F. S. (28 de abril de 1973k). Visto - O fim da Assembleia renovada. *Expresso* 17, 8.
- Carneiro, F. S. (27 de outubro de 1973l). Visto - Eleições 73 (IV) Reflectir. *Expresso* 43, 10.
- Carneiro, F. S. (1 de dezembro de 1973l). Visto - Um não categórico. *Expresso* 48, 10.
- Carneiro, F. S. (24 de março de 1973m). Visto - Democratizar ensinando. *Expresso* 12, 8.
- Carneiro, F. S. (17 de novembro de 1973n). Visto - A Câmara Corporativa e os aspectos políticos da reforma. *Expresso* 46, 10.
- Carneiro, F. S. (3 de fevereiro de 1973o). Visto - A participação. *Expresso* 5, 8.
- Carneiro, F. S. (10 de fevereiro de 1973p). Visto - Assembleia e Informação. *Expresso* 6, 8.
- Carneiro, F. S. (13 de outubro de 1973q). Visto - Vantagens e desvantagens da participação eleitoral. *Expresso* 41, 10.
- Carneiro, F. S. (5 de maio de 1973r). Visto - Estado totalitário, Estado tecnocrático. *Expresso* 18, 8.
- Carneiro, F. S. (12 de Maio de 1973s). Visto - A Constituição de 1933 e o Regime Preventivo. *Expresso* 19, 10.
- Carneiro, F. S. (24 de fevereiro de 1973t). Visto - A lição do Brasil. *Expresso* 8, 8.
- Carneiro, F. S. (20 de outubro de 1973u). Visto - O voto e o ultramar. *Expresso* 42, 10.
- Carneiro, F. S. (10 de novembro de 1973v). Renovação na Continuidade. *Expresso* 45, 8.
- Carneiro, F. S. (2 de abril de 1973w). Visto - Insólito parlamentares. *Expresso* 14, 8.
- Carneiro, F. S. (26 de maio de 1973x). Visto - Subversão e opressão. *Expresso* 21, 10.
- Carneiro, F. S. (19 de maio de 1973y). Visto - Governo-poder quase ilimitado. *Expresso* 20, 10.
- Carneiro, F. S. (10 de março de 1973z). Visto - Vencimentos e civismo. *Expresso* 10, 8.
- Carneiro, F. S. (26 de janeiro de 1974). Justiça e política. *Expresso* 56, 6.
- Carneiro, F. S. (outubro 2010). *Textos. 2º volume (1973 - 1974)* (Vol. 2º). Lisboa: Alêtheia Editores.
- Carvalho, A. A. (1973). *A Censura e as Leis de Imprensa*. Lisboa: Seara Nova.
- Castanheira, J. P. (2013). *O que a censura cortou*. Expresso.

- Chomsky, N. (2003). *A manipulação dos media: os efeitos extraordinários da propaganda*. Inquérito.
- D. M., & S. W. (s.d.). *Modelos de Comunicação para o estudo da Comunicação de Massas*.
- Eisinger, R. M. (2000). Gauging Public Opinion in the Hoover White House: Understanding the Roots of Presidential Polling. *Presidential Studies Quarterly* 30(4), 643 - 661.
- fascista, P. d. (1980). *A política de informação no regime fascista, 2º volume*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista.
- Ferro, A. (1933). *Salazar (O Homem e a sua Obra)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Franco, G. (1993). *A Censura à Imprensa*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- História de Portugal*. (15 de setembro de 2015). Obtido de <http://www.historiadeportugal.info/sa-carneiro/>
- Marques, A. H. (1978). *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.
- Meltzer, K. (2007). Newspaper editorial boards and the practice of endorsing candidates for political office in the United States. *SAGE Publications*, 8(1), 83.
- Ribeiro, A. (1985). *Quando os Lobos Uivam*. Bertrand.
- Romero, A. (1991). *Metodologia de Análise do Conteúdo*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Rupar, V. (2007). Newspaper's production of common sense - The 'greenie madness' or why we read editorials? *SAGE Publication*, 8(5), 598.
- Varios. (2000). *Francisco Sá Carneiro - Um olhar próximo*. Publicações Europa-América.
- Wolf, M. (1987). *Teorie delle Comunicazioni di Massa*. Lisboa: Editorial Presença .